

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

FRANCIS CASAGRANDA ZANELLA

**ANÁLISE DA CONDIÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM EM
SANTANA DO LIVRAMENTO/RS: UMA RECAMPESINIZAÇÃO SUSTENTÁVEL?**

**São Gabriel, RS, Brasil
2014**

FRANCIS CASAGRANDA ZANELLA

**ANÁLISE DA CONDIÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM EM
SANTANA DO LIVRAMENTO/RS: UMA RECAMPESINIZAÇÃO SUSTENTÁVEL?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Gestão Ambiental da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Gestão Ambiental.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 18 de agosto de 2014.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Jefferson Marçal da Rocha
Orientador
Universidade Federal do Pampa

Prof. Dr. Rafael Cabral Cruz
Universidade Federal do Pampa

Dra. Denise Ester Ceconi
Universidade Federal de Santa Maria

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Francisco Zanella e Rosane Fátima Casagranda Zanella, pelo amor, apoio e incentivo, e o exemplo de esforço e dedicação demonstrado em suas vidas.

Agradeço à minha namorada e grande parceira, Laís Ribeiro Barroques, pela paciência, por me motivar e me acompanhar em toda esta trajetória, fazendo de cada dia melhor e único.

Agradeço aos meus irmãos, Luis Fernando, Jonas, e Vitor Francisco, pela amizade e parceria.

Ao meu orientador, Jefferson Marçal da Rocha, faço um agradecimento especial por todas as atividades realizadas em conjunto, por experiências e exemplos demonstrados, pelos quais fui incentivado a compreender, acima de tudo, meu papel como cidadão.

Agradeço aos membros da banca, Rafael Crabral Cruz e Denise Ester Ceconi, por seus valiosos questionamentos e contribuições, em especial ao professor Rafael, por também ter compartilhado diversos conhecimentos ao longo da graduação.

Aos agricultores e agricultoras que vivem no Assentamento São Joaquim, por sua atenção e colaboração durante as atividades de pesquisa realizadas.

A todos os membros do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisas em Ciências Ambientais, da Unipampa campus São Gabriel, por todas as discussões realizadas e também pelos momentos de ócio criativo.

Aos companheiros e companheiras, militantes do movimento estudantil, com os quais convivi na universidade nesses últimos anos, por todas as valiosas experiências que auxiliaram ver a sociedade com olhos diferentes.

Sem entrar em específico quanto aos nomes, devo muitos agradecimentos aos demais que de diversas formas são parte desse trabalho e dessa experiência.

Agradeço, por fim, à Universidade Federal do Pampa, por se constituir em um grande marco em minha vida, por todas as oportunidades proporcionadas na construção pessoal como cidadão e gestor ambiental.

RESUMO

Com este trabalho propõe-se identificar e analisar indícios da condição camponesa a partir de representações sociais e de práticas de agricultores assentados no Assentamento São Joaquim, em Santana do Livramento/RS. Conforme a literatura consultada, entende-se que o processo de implantação dos assentamentos rurais representa a recampesinização, pois os assentados assumem, além de terras, uma condição permeada por restrições e luta por autonomia. Portanto, nesse trabalho procurou-se analisar o processo de fixação dos agricultores no assentamento a fim de apontar indícios de reforço ou regressão na condição camponesa. No contexto do bioma Pampa, analisam-se processos de adaptação e questionam-se limitações das estratégias produtivas frente à aptidão local. Utilizou-se como metodologia a pesquisa social qualitativa, com ênfase na Teoria das Representações Sociais, através de entrevistas com roteiro semiestruturado, e também análises com imagens de satélite e *in loco*, acerca do uso e cobertura do solo. As análises realizadas, de caráter exploratório, apontam para os seguintes resultados: a) indícios da condição camponesa; b) níveis básicos de heterogeneidade dos elementos da condição camponesa entre assentados; c) indícios de processo de recampesinização em três fases; d) predominância, no uso do solo, de práticas que geram degradação e são inaptas às limitações e potencialidades naturais. Estes resultados levam a considerar, por fim, as principais potencialidades e dificuldades para o desenvolvimento rural sustentável, ao questionar indícios de recampesinização e de (in) sustentabilidade.

Palavras-chave: desenvolvimento rural sustentável; agricultura familiar camponesa; teoria das representações sociais; pesquisa exploratória.

ABSTRACT

This work proposes to identify and analyze indications of peasant condition from social representations and practices of farmers settled in Settlement São Joaquim, in Santana do Livramento (Rio Grande do Sul, Brasil). According to the consulted literature, perceive that the implementation process of rural settlements represents the repeasantization, because the settlers assume, beyond soil, one condition permeated by restrictions and struggle for autonomy. Therefore, this study aims to analyze the fixation process of farmers in the settlement, in order to point indications of intensification or regression in peasant condition. In the context of the Pampa biome, is analyzed adaptation processes and is questioned the limitations of production strategies forward the local capability. Was used as methodology the qualitative social research, with emphasis on the Social Representations Theory, through script of semi-structured interviews, and also the analysis of satellite images and *in loco* images, about the usage and the coverage of the soil. The analysis performed, in exploratory way, indicate the following results: a) indications of the peasant condition; b) basic levels of heterogeneity of the elements of peasant condition between settlers; c) indications of repeasantization process in three stages; d) predominance of practices that generate degradation and unfit the limitations and natural potential of the soil. These results lead to consider, lastly, the main potential and the difficulties for sustainable rural development by questioning indications of repeasantization and (un) sustainability.

Keywords: sustainable rural development; peasant family agriculture; social representations theory; exploratory research.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxos básicos da agricultura.....	24
Figura 2 - Metade Sul do Rio Grande do Sul.....	27
Figura 3 - Bioma Pampa e Bioma Mata Atlântica no Rio Grande do Sul.....	28
Figura 4 – Mapa de Localização do Assentamento São Joaquim.	41
Figura 5 - Mapa das classes de capacidade de uso das terras do assentamento São Joaquim.....	46
Figura 6 - Mapa de Uso e Cobertura do Solo em 2003 no Assentamento São Joaquim.	49
Figura 7 - Mapa de Uso e Cobertura do Solo em 2013 no Assentamento São Joaquim.	51
Figura 8 - Exemplo do uso de ‘capão’ como portador de elementos da base de recursos: quebra-vento, sombra, alimentos, regulação de micro-clima.	52
Figura 9 - Verificação <i>in loco</i> do uso e cobertura do solo com ênfase em áreas de pastagem cultivada e solo exposto.	53
Figura 10 – Registros fotográficos realizados no Assentamento São Joaquim acerca do uso e cobertura do solo.....	55
Figura 11 - Resultado de processos erosivos ‘representado’ por assentado como consequência do manejo.....	62
Figura 12 - Periodicidades da renda e relação com aumento de autonomia.....	76
Figura 13 - Fluxos básicos da agricultura no Assentamento São Joaquim - fase 1.	79
Figura 14 - Fluxos básicos da agricultura no Assentamento São Joaquim - fase 2.	80
Figura 15 - Fluxos básicos da agricultura no Assentamento São Joaquim - fase 3.	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Superfície ocupada pelos diferentes usos no Assentamento São Joaquim em 2003.	49
Tabela 2 – Superfície ocupada pelos diferentes usos no Assentamento São Joaquim em 2013.	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Problemas ambientais e sua relação com a agricultura industrial.....	15
---	----

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Roteiro Semiestruturado	96
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
Coperforte	Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste
COPTEC	Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda.
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
LICA	Laboratório Interdisciplinar de Pesquisas em Ciências Ambientais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRV	Pastorio Racional <i>Voisin</i>
RS	Rio Grande do Sul
TRS	Teoria das Representações Sociais
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1	Introdução.....	11
2	Revisão de literatura	13
2.1	Agricultura: da origem aos efeitos do capitalismo.....	13
2.2	Agricultura e sustentabilidade: por um desenvolvimento rural sustentável.....	14
2.3	A condição e o modo dos camponeses	19
2.4	Metade Sul do RS e Bioma Pampa	26
2.4.1	Transformações socioambientais na região	29
2.4.1.1	Pecuária familiar e o desenvolvimento endógeno	31
2.4.1.2	O processo de implantação dos assentamentos rurais na Metade Sul	32
2.5	Pesquisa social qualitativa.....	36
2.5.1	Representações sociais.....	36
3	Objetivos.....	39
3.1	Objetivo geral.....	39
3.2	Objetivos específicos.....	39
4	Material e Métodos	40
4.1	Fontes secundárias	42
4.2	Fontes primárias	43
5	Resultados e Discussões.....	45
5.1	Capacidade de uso das terras do assentamento.....	45
5.2	Uso e cobertura do solo.....	48
5.3	Análise da condição camponesa	57
5.3.1	Origem das famílias: restrições e luta pela terra.....	57
5.3.2	Familiarização de novas representações no assentamento	60
5.3.3	Lotes individuais e experiência coletiva.....	64
5.3.4	Frustrações e reprodução socioeconômica: transição para produção leiteira ..	66
5.3.5	Percepções e ações sobre a degradação/conservação do solo.....	69
5.3.6	A Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste (Coperforte)	72
5.3.7	Caracterização das fontes de renda	73

5.3.8	Heterogeneidade da condição camponesa.....	74
5.4	Indícios de recampesinização em três fases principais	78
5.4.1	Primeira fase.....	78
5.4.2	Segunda fase.....	79
5.4.3	Terceira fase.....	80
5.5	Potencialidades e dificuldades para o desenvolvimento rural sustentável	82
5.6	Contribuições e sugestões da pesquisa exploratória.....	85
6	Considerações finais	87
	Referências	90
	Anexos.....	96

1 Introdução

A agricultura no mundo passou por sucessivas revoluções desde sua origem a mais de dez mil anos. Inovações e técnicas acompanharam o desenvolvimento da sociedade e do ambiente em transformações de magnitudes nunca antes vistas, mas com respectivas consequências (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo se acumularam alterações na ecosfera e na vida humana em níveis questionáveis de poluição e desigualdades. A partir da década de 1970, o modelo hegemônico de desenvolvimento econômico e, com isso também, a agricultura industrial, passaram a ser alvo de discussão quanto à sua sustentabilidade (ALTIERI, 2012; ROCHA, 2011).

A partir destas tendências da sociedade, é crescente a demanda e necessidade de modelos de agricultura que contemplem as diferentes dimensões da sustentabilidade (sociais, econômicas, ecológicas, políticas, culturais e éticas), a partir do potencial de recursos e capacidades locais, com inovações e técnicas compatíveis (COSTABEBER; CAPORAL, 2002).

O processo de desenvolvimento do capitalismo diferenciou estilos de agricultores entre grupos que praticam agricultura para sobrevivência e reprodução e outros que apenas procuram lucro através de um negócio: o agronegócio.

Diferente do que é apontado em diversas tendências do meio científico e político, os camponeses não são entendidos nesse trabalho como uma categoria social na agricultura em vias de extinção (LONG; PLOEG, 2011).

Os camponeses, portadores de uma condição (condição camponesa) e um modo de fazer agricultura (modo camponês), são entendidos como agricultores em constante busca por autonomia, ao criar formas de administrar diferentes restrições para sua reprodução socioeconômica. Seu objetivo principal não é o lucro, como na lógica empresarial, e sim a continuidade de suas atividades com melhores condições de vida, o que os torna mais aptos a promover a sustentabilidade no desenvolvimento rural (PLOEG, 2008).

Conforme Ploeg (2008), a implantação de assentamentos rurais no Brasil representa as pressões sociais de camponeses que passaram por

‘descampesinização’, em processos de êxodo rural, e que viveram a ‘recampesinização’, um retorno e reforço da condição camponesa.

Neste trabalho, o principal objetivo é a análise da condição camponesa a partir de práticas e representações de agricultores assentados que vivem essa condição na Metade Sul do Rio Grande do Sul. Como objeto de análise empírica é tomado o Assentamento São Joaquim e as famílias assentadas, para identificar indícios das dimensões e heterogeneidade da condição camponesa, tendo como pressuposto parâmetros apontados por Jan Dowe van der Ploeg (2006, 2008, 2009).

O enfoque de pesquisa, tomado para entender o processo no cotidiano dos assentados, é a pesquisa social qualitativa (MINAYO, 2000), de orientação exploratória (GIL, 2008), com ênfase na Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2010). São tomadas, também, imagens de satélite e imagens obtidas *in loco* acerca das práticas de uso e cobertura do solo, a fim de analisar sua aptidão.

O caráter exploratório das análises tende a contribuir com uma visão geral sobre a problemática analisada, para que, a partir de resultados aproximativos, obtenha-se um maior esclarecimento sobre o assunto e façam-se contribuições para novas pesquisas (GIL, 2008).

2 Revisão de literatura

2.1 Agricultura: da origem aos efeitos do capitalismo

A agricultura se originou quando o ser humano deixou de ser unicamente caçador-coletor, isto por volta de 10.000 anos antes do presente, tornando-se, também, agricultor. A ‘descoberta’ da agricultura para produção de alimentos foi um processo de evolução biológica, técnica e cultural, que possibilitou a propagação da espécie humana e acarretou em significativas transformações na ecosfera (MAZOYER; ROUDART, 2010). A expansão da agricultura foi o processo que desencadeou as maiores transformações já ocorridas na história da civilização humana.

Para Mazoyer e Roudart (2010), esta evolução civilizatória foi carregada de complexidade, em transformações que resultaram na diversidade geográfica das agriculturas do mundo. Um processo que se deu por adaptações, sucessões e justaposições, na medida em que foram, e ainda são, social e ambientalmente condicionadas.

Para estes autores, as agriculturas no mundo variam conforme o local, a época e a dinâmica dos sistemas agrários. Esse processo é condutor de ‘revoluções agrícolas’, que ocorrem quando significativas mudanças são inseridas nos sistemas de produção. Sinteticamente, podem-se apresentar três revoluções agrícolas como representativas das principais transições na história da agricultura, a partir de Mazoyer e Roudart (2010).

A prática da agricultura teve um início voltado à sobrevivência, o que foi uma vantagem em determinadas situações na evolução da espécie humana. Esta se baseou na domesticação, através de técnicas de cultivo e criação, que favoreceram espécies selecionadas para abastecimento das necessidades.

No entanto, a agricultura não é estática, e ao longo do processo de acúmulo de conhecimento e experiência da espécie humana, graduais inovações técnicas no manejo foram o marco de sucessivas revoluções agrícolas no planeta. A transição, com estas características, permitiu gradual aumento de produtividade do trabalho, para abastecimento de comunidades e civilizações em expansão.

Na mais recente revolução agrícola, ao longo do último século, as mudanças estão ligadas à inserção do caráter industrial na agricultura. Através da revolução verde, via processos de inserção do capitalismo na agricultura, significativas mudanças agrárias marcam a transição no período. As principais 'inovações' técnicas para aumento de produtividade foram: a intensificação da mecanização; cultivo intensivo do solo; monocultura; química agrícola na fertilização e controle de pragas e doenças; e seleção e/ou manipulação genética de determinadas plantas cultivadas e de animais domésticos.

Os agricultores adeptos desse modelo tiveram o sistema de produção integrado à indústria. Para Gliessman (2005), o alcance da produtividade e competitividade se deu através do uso de tecnologias aliadas e uma crescente especialização e dependência de fatores externos para produzir. Essa fase representa a crescente dependência de longas redes e cadeias de produção, na escala global.

Entretanto, a transição, tanto de redes locais e de autoabastecimento para redes longas do sistema agroalimentar industrial, como de adoção do pacote tecnológico da revolução verde, não representa um processo comum entre todos os agricultores, nem todos os estilos de agricultura.

O capitalismo, por meio da competitividade e do lucro, ditou, e dita, um 'modo de fazer agricultura' de certos grupos de agricultores. Entretanto, não se pode falar em um único caminho para a agricultura no futuro, ligada ao modelo capitalista. A transição agroecológica conduz para estilos de agricultura que se diferenciam de modelos ligados apenas ao aumento de lucro e produtividade. O melhor alcance das múltiplas dimensões da sustentabilidade é o eixo que referencia estilos de agricultura sustentáveis.

2.2 Agricultura e sustentabilidade: por um desenvolvimento rural sustentável

O desenvolvimento da agricultura, ao longo de dez mil anos, gerou uma imensa diversidade, condicionada, principalmente, pela dinâmica dos sistemas agrários entre épocas e locais, concomitante com o desenvolvimento da sociedade. Sua repercussão gerou mudanças significativas na ecossfera e na vida humana, que foram, ainda mais,

impulsionadas pela revolução verde em um período relativamente curto, de relevante degradação ambiental e desigualdades sociais.

A alta dependência de insumos externos, cultivos não adaptados, trabalho humano substituído por energia fóssil e mercados em ciclos longos, caracterizam um sistema com uma eficiência geral muito baixa (ALTIERI, 2012), que só se sustenta, pois não valora devidamente estes custos ambientais, compartilhados pela sociedade (ROCHA, 2004).

Para Dal Soglio (2009), ao longo do processo de industrialização da agricultura, o objetivo principal deixou de ser o de produzir alimentos, para o de fazer um negócio, o que denomina 'agronegócio'. O autor aponta que essa mudança de enfoque conduz à diversos impactos ambientais. Os principais problemas ambientais, desse modelo de agricultura, são sinteticamente apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Problemas ambientais e sua relação com a agricultura industrial.

Problema ambiental	Relação com a agricultura industrial
Mudanças Climáticas	Mudanças de áreas de produção, efeito da liberação de gases e uso do petróleo
Destruição da camada de ozônio	Liberação de gases, especialmente pelo uso de brometo de metila, efeitos sobre biodiversidade
Destruição de recursos naturais	Contaminação de água (subterrânea e mananciais), erosão dos solos, uso de agrotóxicos, perda de biodiversidade, desflorestamento e falta de matas ciliares
Extinção de espécies	Introdução de espécies exóticas, destruição de <i>habitats</i> , desflorestamento, uso de agrotóxicos
Perda de biodiversidade	Introdução de espécies, uso de agrotóxicos, dependência de variedades comerciais, perda de raças animais, monoculturas, desflorestamento e falta de corredores ecológicos
Erosão, acidificação e salinização dos solos	Preparo excessivo dos solos, falta de cobertura, irrigação mal feita, manejo químico dos solos
Eutrofização das águas	Erosão do solo, falta de matas ciliares, uso de agrotóxicos, descartes de resíduos nos rios
Desertificação	Manejo errado do solo, desflorestamento, uso de áreas sensíveis, monoculturas, erosão do solo
Poluição	Descarte de resíduos, embalagens, uso de agrotóxicos

Fonte: Adaptado de Dal Soglio (2009, p.19).

Estes e outros problemas, resultantes do modelo de desenvolvimento econômico, provocaram amplas discussões a partir de meados da década de 1970 em torno de novas propostas de desenvolvimento. A proposta do desenvolvimento sustentável, como forma de conciliar crescimento econômico, justiça social e conservação ambiental, para as atuais e futuras gerações, predominou em um novo discurso sobre desenvolvimento (ROCHA, 2011a).

Entretanto, essa proposta permanece sem um consenso sobre um conceito operacional de sustentabilidade (COSTABEBER; CAPORAL, 2002), conseqüentemente, também sem uma definição clara do que é agricultura sustentável (ROCHA; BRANDENBURG, 2003).

Para Costabeber e Caporal (2002), o desenvolvimento rural sustentável pressupõe o alcance de um grupo de dimensões em três níveis. O primeiro é composto de aspectos sociais, econômicos e ambientais, o segundo de políticos e culturais, e por fim a dimensão ética. Dessa forma, a sustentabilidade não pode ser entendida apenas de modo parcial, seja como justiça social ou conservação ambiental, mas sim em conjunto e em crescente emergência para níveis mais avançados.

- a) Dimensão ecológica - preservação e conservação através de melhorias em: condições químicas, físicas e biológicas do solo; biodiversidade, das reservas e mananciais hídricos, assim como dos recursos naturais em geral; reutilização de materiais e energia dentro do próprio agroecossistema; eliminação do uso de insumos tóxicos e de efeitos incertos ou desconhecidos;
- b) Dimensão social - busca contínua de melhores níveis de qualidade de vida; equidade na distribuição social dos custos e benefícios da produção, a fim de gerar “menor desigualdade na distribuição de ativos, capacidades e oportunidades” (p. 04).
- c) Dimensão econômica - não buscar lucros (produção e produtividade) a qualquer custo; considerar o ‘balanço agroenergético’ no agroecossistema a partir da coerente análise dos custos e externalidades (economia ecológica); considerar elementos como soberania e segurança alimentar, circuitos curtos de produção e consumo;

- d) Dimensão cultural - culturas locais como ponto de partida para o desenvolvimento rural; adaptação das culturas à lógica sustentável do uso dos recursos naturais; fortalecer a geração de conhecimento local, os 'saberes';
- e) Dimensão política - processos participativos e democráticos; formação de redes de organização social; representação em espaços políticos locais e regionais; estabelecimento de plataformas de negociação;
- f) Dimensão ética - "se relaciona diretamente com a solidariedade intra e intergeracional e com novas responsabilidades dos indivíduos com respeito à preservação do meio ambiente." (p. 06); está ligada e emerge do alcance de todas as outras.

Para estes autores, predominam duas grandes correntes sobre o desenvolvimento sustentável, e as mesmas apontam para diferentes trajetórias, abrangendo de forma diferente as dimensões de sustentabilidade.

- a) Na corrente ecotecnocrática, entende-se que a sociedade tem acesso quase infinito a recursos naturais, bastando o otimismo tecnológico para substituir progressivamente esses recursos, sendo a natureza um subsistema da economia;
- b) Na corrente ecossocial, é assumida a cautela e prudência tecnológica, ao acreditar que os recursos são finitos e a tecnologia não viabilizará todas as soluções, considerando a economia um subsistema da natureza.

Costabeber e Caporal (2002) apontam que essas correntes expressam, também, na agricultura e no rural, diferentes posturas perante o desenvolvimento, o que apresentam por um lado como a via da 'intensificação verde', e do outro, a 'transição agroecológica'.

Na intensificação verde há uma ecologização da produção, mas se mantém o modelo convencional de produção agrícola industrial nos moldes da revolução verde. Não há uma quebra real de paradigma, pois se mantém o uso de insumos de origem industrial, onerosos em capital e energia, e o conhecimento científico como a única forma de conhecimento válido, ou seja, "mais do mesmo", embora encoberto sob

argumentos e referências ecológicas” (HORLINGS; MARSDEN, 2011, p. 152) (grifos no original).

Nessa perspectiva de ‘ecologização’, Caporal e Costabeber (2004) entendem que, na ausência de uma compreensão completa das dimensões da sustentabilidade, em um limite teórico “podemos até supor que venha a existir uma *monocultura orgânica* de larga escala, baseada em *mão-de-obra assalariada, mal remunerada e “movida a chicote”*” (p.18) (grifos no original). Portanto, o alcance da sustentabilidade é mais amplo e complexo do que simples ajustes em um modelo produtivo produtivista. Isso é apontado nas tendências agroecológicas.

A perspectiva ecossocial se apóia no processo de transição agroecológica como uma forma de produção, na aproximação e integração entre conhecimentos ecológicos, econômicos, sociais e culturais, em um conceito mais amplo de sustentabilidade, afastando-se de modelos reducionistas agrícolas. Entende-se como uma mudança ética dos sujeitos sociais em relação aos recursos naturais, sem, necessariamente, abrir mão de conhecimentos científicos e progresso técnico.

Para Gliessman (2005), a agroecologia é um enfoque científico que integra conceitos da ecologia aplicada e da agronomia voltada à ecologia que, em interação, influenciam e são influenciados pelos saberes e experiências dos agricultores. Seu objetivo é manejar agroecossistemas gerando impactos mínimos para uma produtividade sustentada. Para Altieri (2012), a agroecologia, ao ser entendida como um conjunto de conhecimentos sobre como fazer agricultura, preconiza a autonomia dos agricultores em relação ao pacote tecnológico da revolução verde. Isso, pois o principal objetivo da abordagem agroecológica é integrar os diferentes componentes do agroecossistema de forma a aumentar sua eficiência biológica geral, capacidade produtiva e autosuficiência.

Para Costabeber e Caporal (2002), a transição agroecológica é uma quebra de paradigma dos atuais modelos de desenvolvimento rural convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis. Essa transição não se realiza repentinamente, como em uma simples troca de pacotes tecnológicos. Conforme Gliessman (2005, 2013), ela passa necessariamente por uma adaptação, através de

alguns níveis, incorporando as diferentes dimensões do desenvolvimento rural sustentável:

- a) Aumento da eficiência do uso de insumos, reduzindo assim o uso de insumos custosos, escassos e ambientalmente prejudiciais;
- b) Substituição de insumos e de práticas convencionais por práticas da agricultura de base ecológica;
- c) Redesenho de agroecossistemas para que funcionem com base em um novo grupo de processos ecológicos;
- d) Transformação ética, moral, social e de valores, em mudança a uma cultura de sustentabilidade para todo o sistema agroalimentar.

É nesse sentido amplo das dimensões da sustentabilidade que se encaminha a transição para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis. Não será possível que modelos empresariais e corporativos, pautados acima de tudo na maximização do lucro e na competitividade, contemplem um caráter efetivamente sustentável.

Por ser portadora de outros interesses, a agricultura familiar camponesa, na relação estabelecida com a terra e com a ampliação de condições de sobrevivência para sua família, é entendida como maior portadora de condições para incorporar, de forma ampla, a sustentabilidade (COSTABEBER; CAPORAL, 2002), como será discutido no próximo capítulo, dedicado à condição e modo camponês de fazer agricultura.

2.3 A condição e o modo dos camponeses

O processo de desenvolvimento da agricultura resultou em uma estrutura desigual, com diferentes grupos de agricultores, diferentemente integrados à lógica de mercado e à indústria, com diferentes 'essências' (estilos, racionalidades) do 'fazer' agricultura.

Conforme descrito por Ploeg (2008), estes estilos podem ser classificados em três principais: empresarial, corporativo e camponês. Entretanto, o autor considera que podem existir sobreposições e variabilidade nas práticas individuais desses grupos de

agricultores, pois o que os diferencia é a essência, ou seja, sua relação com o processo de produção e o mundo, em diferentes formas de estruturar o simbólico e o material, com vistas a diferentes objetivos em sua existência.

A agricultura corporativa parte de um sistema de produção baseado na incorporação de mercadoria em todo o processo produtivo, ou seja, insumos, trabalho e produtos são totalmente articulados via mercados convencionais. Representa uma rede de empresas agrícolas móveis, no modelo agroexportador, que visa maximização do lucro através do aumento de escala. A agricultura empresarial também tem um processo de produção mercantilizado, fortemente ligado ao capital financeiro e ao modelo industrial. Entretanto, a industrialização do processo de trabalho é parcial, ou seja, o trabalho, na maior parte do tempo, não é mercadoria. A maximização da rentabilidade do trabalho se dá a partir da integração ao mercado (pacote tecnológico) e da expansão da escala, o que significa que esta pode ser uma produção familiar (agricultura familiar), desde que altamente industrializada e aderida à 'modernização'. A agricultura camponesa, ou agricultura familiar camponesa, é um estilo de agricultura que permanece na luta por autonomia na medida em que incorpora parcialmente inovações técnicas da agricultura, pois seu enfoque é a melhoria de condições de vida e não especificamente a maximização do lucro. Por não ter se integrado à difusão tecnológica em níveis empresariais, os camponeses são reconhecidos amplamente como portadores de um modelo atrasado, que não se integrou suficientemente à última revolução agrícola (PLOEG, 2008).

No fortalecimento das tendências de globalização na sociedade, o que se percebe, de modo geral, é um avanço das relações de mercado sob todas as formas de trocas sociais. Também na agricultura se manifesta essa lógica, com a industrialização via inserção dos agricultores em cadeias produtivas controladas por corporações agroalimentares. Esse processo levou à crença de que estilos de agricultura baseados na autosuficiência¹ e pouco integrados ao mercado estivessem fora de qualquer possibilidade de permanência (PLOEG, 2008).

¹ Autosuficiência não está relacionada apenas com a produção de alimentos para consumo familiar, e sim "com o funcionamento da unidade agrícola *como um todo*" (PLOEG, 2008, p. 46) (grifos no original).

Conforme Redin e Silveira (2011), essa tendência teórica é representada originalmente por Lenin (sobre o capitalismo na Rússia) que, em sua análise, entendeu que as relações capitalistas tenderiam a viabilizar apenas produções em larga escala, o que levaria ao fim a possibilidade de sobrevivência dos camponeses, que se tornariam proletários rurais. Outro autor citado é Kautsky, que afirmava que a crescente integração ao mercado, em materiais e insumos, levaria ao fim do campesinato, cada vez mais dependente da cadeia industrial.

Tomados esses debates clássicos, e considerada sua repercussão ainda existente, considera-se que os camponeses ainda são reconhecidos no meio científico e político como uma categoria social na agricultura em vias de extinção (LONG; PLOEG, 2011). Estes autores afirmam que esse discurso é reproduzido tanto pelo viés analítico da modernização industrial, que os considera atrasados e incapazes de adaptar-se aos exógenos pacotes tecnológicos, quanto pela compreensão neomarxista da exploração do trabalho pelo capital.

No Brasil, Redin e Silveira (2011) apontam uma análise com o viés da modernização em Abramovay (1992). Este autor considerou a possibilidade de apenas um número restrito de camponeses permanecerem no meio rural brasileiro. Isso se daria por meio de uma transição no sentido de alcançar uma alta integração ao modelo industrial: deixariam de ser camponeses para se tornarem 'agricultores familiares'.

Entretanto, conforme Ploeg (2008), estes agricultores, sendo considerados populações que vivem o 'modo camponês', continuarão a existir devido à sua capacidade de construir autonomia e progresso frente às diferentes restrições (sociais, econômicas, ambientais). É essa perspectiva ligada a uma condição, e não apenas no grau de integração ao mercado, que possibilita uma análise mais coerente ao que é vivido pelos camponeses na globalização e na agricultura no século XXI.

O que deve ser considerado nos estudos sobre este público é a sua capacidade de agente na luta cotidiana, que não é apenas ligada à subsistência, mas de manutenção de condições de vida (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2011). Os camponeses não são vítimas passivas de processos como a modernização da agricultura ou das mudanças climáticas. Na medida em que recebem novas informações, os sujeitos

sociais são ativos na construção de ações de resistência em vista de suas necessidades (THOMPSON, 1978 apud MENEZES; MALAGODI, 2011).

Mas nesse contexto, o que estes agricultores estão efetivamente fazendo e que explicita essa condição e capacidade? Quais as medidas tomadas para enfrentar as restrições do ambiente hostil, com crescente controle exercido pelo mercado e pelo Estado? Essas perguntas (PLOEG, 2006) podem ser entendidas como questões essenciais para os estudos camponeses.

Apesar da integração ao mercado ser entendida como determinante para o fim do campesinato por diferentes autores, para Ploeg (2008), no contexto empírico o que se percebe é a coexistência de diferentes níveis e particularidades nessa integração, como fatores para a sobrevivência. O mercado não é indesejável, mas sim a dependência, quando significa perda de autonomia. Sendo assim, o autor supera o discurso do fim do campesinato e coloca em questão os benefícios e custos da realização parcial. Até que ponto há coerência em dizer que camponeses se tornaram empresários?

Essa mudança de foco, portanto, considera a possibilidade de integração em diferentes níveis ao mercado, mas tendo como pressuposto a capacidade de agente da condição camponesa, para decidir o que é melhor em relação a um conjunto de restrições. As características fundamentais dessa condição camponesa, para Ploeg (2008, p. 40), são:

(1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações (PLOEG, 2008, p. 40).

A partir deste entendimento, muito além de definir ‘tipos sociais’, deve-se tomar como objeto de análise as formas camponesas de fazer as coisas, isto é, a condição de

agente (PLOEG, 2008). Várias perguntas são relevantes: como se relacionam com o mercado? Como manejam os recursos naturais locais? Como incrementam sua base de recursos? Como é gerida a mão de obra familiar? Quais são suas técnicas? Como geram conhecimento? Quais as formas de cooperação?

Além do que já foi apontado por Ploeg (2008), Costabeber e Caporal (2002) também atribuíram determinadas características à agricultura familiar², entendidas como potencialidades, relacionadas especialmente à condição camponesa no contexto aqui analisado:

i) multifuncionalidade e policultivos; ii) eficiência produtiva e eficiência energética e/ou ecológica; iii) conservação dos recursos naturais não renováveis; iv) proteção da biodiversidade e sustentabilidade futura; v) manejo metucioso e fino (especialmente dos solos); e vi) atividades artesanais de menor impacto ambiental e com maior relevância social (COSTABEBER; CAPORAL, 2002, p. 12).

Embora essas características, tanto as mencionadas por Ploeg como por Costabeber e Caporal, representem de modo amplo a condição camponesa, não necessariamente todas elas estarão presentes em todos os casos estudados. Considera-se, também, que nesse leque de dimensões, uma delas pode ser mais relevante e decisiva para diferenciar os camponeses de outros modos de fazer agricultura (PLOEG, 2006). Existem “graus, nuances, heterogeneidades e especificidades diferentes” (PLOEG, 2008, p. 39).

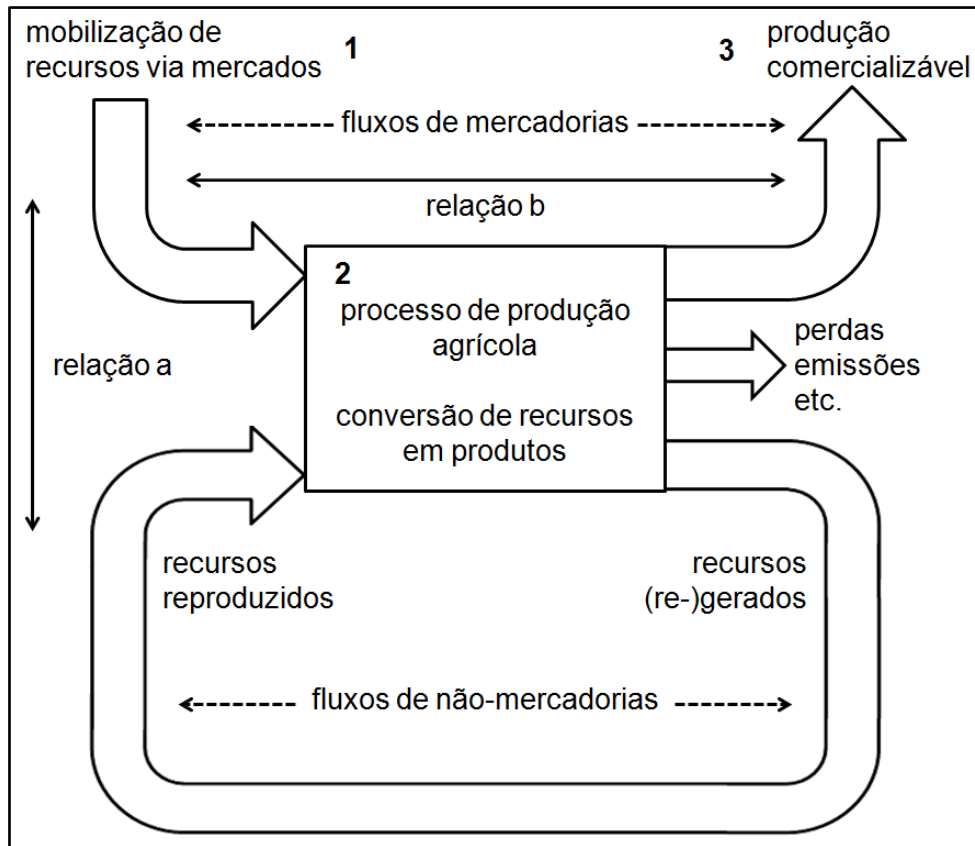
O conceito de sobrevivência é um dos elementos que caracterizam a condição camponesa e que depende de ‘conjunturas específicas’ (PLOEG, 2008). Não está limitado somente ao autoabastecimento, mas com a “reprodução e ao melhoramento esperado da própria existência” (PLOEG, 2008, p. 46).

É possível analisar essa lógica, voltada à melhoria das condições de vida e da base de recursos, a partir de ciclos no agroecossistema, os fluxos básicos da agricultura (Figura 1) (PLOEG, 2008). A partir desse modelo, cada ciclo de produção se caracteriza pela (1) mobilização de recursos necessários, via mercado ou via base local de recursos, que passam por (2) processo de produção agrícola na conversão de

² Não há uma distinção da agricultura familiar em ‘camponesa’ ou ‘não camponesa’ nesse trabalho, mas sim o contexto multidimensional do desenvolvimento rural sustentável.

recursos em produtos, que não serão apenas alimentos, mas também outros recursos. Esses resultados agrícolas serão (3) comercializados ou reinseridos na base de recursos (PLOEG, 2008).

Figura 1 - Fluxos básicos da agricultura.



Fonte: Ploeg (2008, p. 45).

Os três passos do ciclo representam fluxos de mercadorias e não-mercadorias, de 'fora para dentro', de 'dentro para fora' e de 'dentro para dentro' do agroecossistema. Na medida em que os recursos produzidos se refletem em mais resultados comercializáveis e se inserem na base de recursos para gerar maior autosuficiência, aumentam a autonomia e geram uma relação de distanciamento do mercado (elasticidade³ das relações 'a' e 'b' na figura 1).

³ Elasticidade, no contexto teórico de Ploeg (2008), significa resposta ou reação por motivo de mudanças nos fluxos básicos da agricultura. As relações 'a' e 'b' podem tornar as famílias mais distantes (autônomas) ou próximas (dependentes) de relações externas, dependendo das mudanças e, por isso, têm 'elasticidade'.

O reforço da relação de dentro para dentro por uma redução da relação fora para dentro, reduz a dependência de circuitos longos do sistema agroalimentar. Se acompanhado de melhorias na autonomia e qualidade de vida, contribui para a sustentabilidade agrícola, na redução do consumo de combustíveis fósseis, fertilizantes e agrotóxicos, o que contém indícios da transição agroecológica.

Isso indica que o resultado não é apenas lucro, mas um reinvestimento no local, que resulte em maior autonomia e capacidade de resistir a restrições ambientais, sociais e econômicas. Entretanto, não se afirma que todos os camponeses são ambientalmente sustentáveis, pois os sistemas de produção possuem, também, diferentes níveis de perdas e emissões. No entanto, na condição camponesa, tendem a construir autonomia e sustentabilidade na medida em que, na co-produção, estabelecem relevantes relações de trocas ecológicas em detrimento das econômicas (PLOEG, 2009).

A partir de uma base de recursos melhor estruturada e de uma menor dependência externa, a produção tem um maior valor agregado (PLOEG, 2008), ou seja, um recurso, que em um modelo empresarial seria inserido via mercado a cada ciclo, no modo camponês é oriundo de uma base local de recursos. Portanto, o valor agregado representa custo inferior de produção, na medida em que se deixa de adquirir do mercado (distanciamento) e se mobiliza o existente no agroecossistema. São bens e serviços locais, em co-produção com o meio, o que pode ser exemplificado na adubação orgânica, criação de banco de sementes, aumento de rebanhos, qualificação do trabalho, redução da erosão, interações ecológicas benéficas, entre tantos outros.

Entende-se que, no modo camponês, para um aumento de valor agregado se reduz a dependência de recursos externos a partir de uma combinação de recursos específicos (PLOEG, 2006). Para o autor, essa é uma diferença fundamental em relação a outros modos (empresarial e corporativo) que, voltados principalmente à maximização do lucro, aumentam os ganhos com incremento de escala e produtividade. Na ausência de agregação de valor com recursos locais, os rendimentos são redistribuídos entre as empresas da cadeia produtiva, um processo que 'espreme' os

agricultores entre vendedores e compradores, processo denominado por Ploeg (2008, p. 56) como “*squeeze*”⁴ na agricultura.

A condição camponesa não é estática, tem um caráter de processo, o que significa que suas relações com o mundo no tempo variam, em estagnação ou regressão. Por isso, para análises do campesinato é importante a compreensão dos conceitos de ‘recampesinização’ e ‘descampesinização’, descritos por Ploeg (2008). O primeiro é o reposicionamento dos camponeses, ou até mesmo de agricultores empresariais, no sentido de distanciamento do mercado em benefício da autonomia. Para este autor, a implantação de assentamentos rurais no Brasil representa um processo de recampesinização, na medida em que camponeses retornam ao rural ou recebem uma quantidade mais adequada de terras para sobrevivência. Na descampesinização ocorre o processo de integração e aumento de dependência do mercado, a ponto de se aproximar e constituir um modo empresarial de produção. A recampesinização continua acontecendo na medida em que se reforça a condição camponesa. Isso se dá quando as relações estabelecidas conduzem a uma expansão da base de recursos ao longo dos ciclos, e isso aumenta o valor agregado de cada nova colheita, e conseqüentemente a autonomia.

Conclui-se esse capítulo levantando algumas discussões teóricas, no contexto analítico do caso estudado, que serão sinteticamente abordadas nos capítulos seguintes do referencial teórico: qual é a história das agriculturas do pampa gaúcho? O que é agroecologia no contexto desse bioma? Quem são os camponeses e qual sua condição na Metade Sul do Rio Grande do Sul?

2.4 Metade Sul do RS e Bioma Pampa

A Metade Sul do RS é entendida, nesse trabalho, como um território constituído pelo processo de ocupação européia no continente americano, no processo que se deu através de significativa relação com o bioma Pampa e os povos tradicionais. Isso condicionou a atual configuração socioeconômica, política, cultural e ambiental.

⁴ “pressão, compressão” (Dicionário Michaelis, p. 240).

Essa mesorregião está localizada no sul e em parte do oeste do Estado (Figura 2), é composta por 106 municípios, com uma área de 153.879 km² e população residente de cerca de 2.600.000 habitantes, equivalentes respectivamente a cerca de 52% do território gaúcho e 25% da população do estado, conforme o Censo 2000, citado por Etges (2010).

A Metade Sul é uma região atualmente caracterizada pela estagnação econômica e por sua formação latifundiária (ROCHA, 2011b). É região prioritária para projetos de combate às desigualdades e injustiças sociais devido a seus baixos índices de desenvolvimento (ETGES, 2010).

Figura 2 - Metade Sul do Rio Grande do Sul.



Fonte: Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul (2007).

O bioma Pampa (Figura 3) é a formação ecossistêmica predominante na Metade Sul, estendendo-se também ao longo do Uruguai, Argentina e Paraguai. Apenas recentemente, em 2004, foi reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente como bioma brasileiro. É considerado um bioma negligenciado sob o ponto de vista da conservação ambiental, em grande parte devido à vegetação predominante ser composta por

fitofisionomias campestres, em um país mundialmente reconhecido por suas florestas (OVERBECK, 2009).

Apresenta relevante conjunto de biodiversidade com estimativas de 3000 espécies vegetais, mais de 100 de mamíferos e quase 500 espécies de aves (MMA, 2007). Parte considerável deste bioma é considerada área prioritária para conservação da biodiversidade em área de transição entre campos e florestas, do Pampa e da floresta Atlântica (MMA, 2007). O atual status de conservação é preocupante, considerando que este bioma é marcado por sua heterogeneidade, com 11 diferentes ecorregiões apenas no RS (HASENACK et al. 2010) e com frações ínfimas de apenas parte delas situadas em unidades de conservação (OVERBECK, 2009).

Figura 3 - Bioma Pampa e Bioma Mata Atlântica no Rio Grande do Sul.



Fonte: IBGE, MMA (2004). Elaborado por SEPLAG RS/DEPLAN (2012).

2.4.1 Transformações socioambientais na região

A partir da análise da história ambiental do Pampa, descrita por Cruz e Guadagnin (2010), entende-se que a formação e atual configuração socioambiental deste bioma na Metade Sul estão associadas a um processo de coevolução entre o manejo motivado pelas necessidades humanas e as respostas ambientais de adaptação dos ecossistemas a esta e outras variáveis. Para estes autores, o bioma passou por sucessivas transformações em diferentes escalas temporais. Desde a ocupação por tradições indígenas até a ocupação europeia e a recente expansão da agricultura industrial, foram inseridos novos elementos e técnicas, enquanto outros permaneceram, conforme a dinâmica dos sistemas agrários.

Em meados do século XVIII, se intensificou a disputa entre portugueses e espanhóis pela ocupação da região sul do território brasileiro, em especial pela delimitação das terras do extremo sul do Brasil. Foi a partir da estratégia político-militar da coroa portuguesa, na finalidade de efetivar a posse das terras, que se deu a distribuição em propriedades de grandes extensões, as denominadas sesmarias, que foram determinantes para a formação latifundiária da região e da manutenção do manejo de baixa lotação de gado bovino como principal sistema agrário de produção (PESAVENTO, 1985).

Com a ampla dispersão de mamíferos (bovinos principalmente) ao longo do século XVIII, e, posteriormente, o cercamento das propriedades como novo elemento significativo (inovação técnica) no século XIX, o regime de pastoreio adotado viabilizou a manutenção de uma importante biodiversidade (CRUZ; GUADAGNIN, 2010).

Entretanto, o sistema pastoril (já direcionado à produção de carne no século XIX) entrou em crise no início do século XX (ROCHA, 2011b), e outras formas de ocupação, as mais exógenas e intensivas até então, se intensificaram no território.

A expansão da agricultura industrial, sobremaneira com as culturas de arroz e trigo no início do século, e de soja e monocultivos de árvores no final, representa o contínuo processo de substituição dos campos por cultivos agrícolas (CRUZ; GUADAGNIN, 2010). É possível exemplificar o caráter homogeneizador assumido por

esse modelo de agricultura em todo o mundo (MAZOYER; ROUDART, 2010) a partir de algumas consequências na Metade Sul.

Como resultado deste processo pode-se contabilizar uma supressão de áreas com pastagens naturais em 41%, em um período de 36 anos, entre 1970 e 2006 (IBGE, 2012). No início do século XXI sobraram somente 40% da área original, sendo que destas somente 22% são campos nativos, com 5% de florestas, 13% em mosaicos de campos e florestas, e somente em torno de 13% destes remanescentes em bom estado de conservação (MMA, 2007 apud CRUZ; GUADAGNIN, 2010).

Por sua condição, a região é alvo de ações do governo federal voltadas ao desenvolvimento regional, os “Programas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas”, implementados pelo Ministério da Integração Nacional, atendendo a um total de 13 regiões no país, em discussão na Mesorregião Metade Sul através de um Fórum desde 2001 (SECRETARIA DE PROGRAMAS REGIONAIS, 2009).

Para Etges (2010), ao analisar as características dos projetos financiados pelo Ministério até o ano de 2010, pode-se dizer que a implementação dos pressupostos da política, que deveria dinamizar os postos de trabalho e potencializar empregos produtivos e bem remunerados, ainda “está longe de alcançar seus objetivos” (ETGES, 2010, p. 186).

Etges identifica que, até então, somente foi possível avaliar o agressivo avanço do setor privado, através dos grupos transnacionais da indústria papelreira. O que se percebe é o avanço de uma lógica corporativa de produção, através dos plantios de monocultivos de árvores, que, como consequência, apenas aumentaram a concentração da propriedade de terra e a pobreza na região (AMARAL, 2008).

Essa proposta de desenvolvimento para a Metade Sul representa um modelo homogeneizador trazido de outros contextos, sem levar em conta as características culturais e recursos locais, o que por si só já o torna um projeto de relevância questionável (BREITENBACH; BRANDÃO, 2014). Para Alonso (2009), não será através de mais monoculturas, considerando os impactos das já existentes, que se combaterá o “estado de penúria” em que a região se encontra.

Deve-se considerar que nesse bioma, um sistema de produção endógeno que demonstra maior potencialidade para alcance da multidimensionalidade do desenvolvimento rural sustentável, é a pecuária familiar (BORBA, 2002). A não valorização da pecuária familiar e a expansão da agricultura industrial exemplificam a situação de desigualdades sociais.

No contexto das políticas propostas para o território e o combate às desigualdades, a partir de 1980, por meio da política de assentamentos rurais, um processo de recampesinização se estabelece no pampa, por meio da implantação de assentamentos rurais. Esse processo será discutido por meio de uma análise relacionada ao direcionamento dos movimentos sociais e da relação das políticas públicas e o INCRA com o processo de assentamento das famílias, com o objetivo de relacionar a reprodução camponesa com a sustentabilidade, sem deixar de lado o contexto do bioma Pampa e a necessidade de desenvolvimento na Metade Sul do RS.

2.4.1.1 Pecuária familiar e o desenvolvimento endógeno

Na Metade Sul do RS, a pecuária familiar é uma atividade tradicional que envolve cerca de 50.000 famílias. Elas vivem no campo e têm a criação de bovinos de corte/ovinos como sua principal fonte de renda ou ocupando a maior parte do seu estabelecimento rural (EMATER/RS, 2009), sendo que realizam, também, alguns cultivos para autoabastecimento. Esse modelo de exploração é mantido pelos pecuaristas familiares em propriedades de até 300 hectares, que apesar da extensão, são mantidas na lógica familiar (FOCHEZATTO et al. 2004).

Deve-se considerar a heterogeneidade dessa categoria, que varia em três principais: de integração completa ao modo empresarial; de integração intermediária; e de baixa integração (mais relacionada ao modo camponês). Esta última se relaciona com alto grau de dependência do capital ecológico, em co-produção, sendo também o grupo de maior abrangência dentro da categoria 'pecuarista familiar' (BORBA; TRINDADE, 2010).

Essa produção de base familiar é detentora do conhecimento ecológico local, e a reprodução de seu modo fortalece características e recursos naturais locais (BORBA; TRINDADE, 2010).

Este modo, por sua coevolução com o ambiente, é entendido, portanto, como um sistema agrário com potencialidade para promover a conservação do bioma, mesmo em um contexto de baixa quantidade de unidades de conservação.

A maior parte dos pecuaristas familiares manteve o modo de vida tradicional dependente dos recursos naturais locais, mesmo que as relações com o mercado no sistema pastoril já não fossem as mais lucrativas. Conforme Ploeg (2008), essa é uma característica do campesinato, que se mantém mesmo com as restrições. Para o autor, em situações similares, as lógicas empresariais e corporativas apresentam resultados diferentes e, provavelmente, passariam por abandono da área, mudança de local ou de sistema produtivo (como visto na Metade Sul), na lógica da fluidez do capital, pois o interesse baseado apenas no lucro é diferente daquele que contempla outras dimensões.

2.4.1.2 O processo de implantação dos assentamentos rurais na Metade Sul

A política de reforma agrária no Brasil está ancorada no conceito de Função Social da Terra. O direito à propriedade está condicionado ao cumprimento de requisitos básicos considerados portadores de um significado não apenas privado, no sentido de que a propriedade tem uma função comum para toda sociedade (ARAUJO, 1997).

No Artigo 184 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) se afirma que é dever do Estado desapropriar as propriedades que não cumprem sua função social, o que dá origem a destinação de terras para reforma agrária. A desapropriação é definida então como uma possibilidade de intervenção pública para que o uso da terra cumpra a função social.

Conforme o artigo 186 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) deve-se cumprir a função produtiva (econômica), de justas condições de trabalho (social) e de cumprimento da legislação ambiental com uso sustentado dos recursos naturais:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I- aproveitamento racional e adequado;

II- utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III- observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV- exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988).

Apesar de contemplar mais de uma dimensão, o conceito de função social, em sua operacionalização, se limita no alcance da produtividade. Isso, pois o Artigo 185 da Constituição Federal coloca a salvo de desapropriação para fins de reforma agrária a propriedade 'produtiva'. Portanto, uma propriedade é isenta de desapropriação, ao passo que, é considerada, conforme índices, como produtiva.

Entende-se, também, que, na medida em que a legislação apenas permite fazer ajustes na estrutura fundiária, com desapropriações e expropriações de áreas que não cumprem a função social, não se faz reforma agrária, mas, sim, põe-se em prática uma política de assentamentos rurais. Essa política é permeada por interesses, pressões e poder sobre territórios, como se percebe ao analisar a implantação de assentamentos rurais na Metade Sul do RS (ALVES; SILVEIRA; FERREIRA, 2007; ROS, 2009; NAVARRO, 1999; CHELOTTI, 2013).

Nesse Estado, a política de assentamentos pode ser identificada em três fases: nas duas primeiras, de 1978 a 1984 e de 1985 a 1989, as desapropriações se concentraram no norte do estado, região de origem das famílias de 'colonos'⁵ que lutavam contra processos de descampesinização e êxodo rural, impulsionados pela expansão da agricultura industrial. Os anos de 1990 marcaram a criação de assentamentos na Metade Sul (NAVARRO, 1999).

Os principais motivos que levaram à implantação de assentamentos rurais a partir da década de 1980 na Metade Sul do RS, conforme Alves, Silveira e Ferreira (2007) foram: processo de expansão da agricultura industrial na metade norte do Estado; ausência de propriedades improdutivas para desapropriação na metade norte;

⁵ 'colonos' é como são denominados os imigrantes de origem européia que colonizaram boa parte da região norte do RS ao longo dos séculos XIX e XX, italianos e alemães em sua maioria.

áreas improdutivas para desapropriação na Metade Sul; e pressão dos trabalhadores rurais organizados em movimentos sociais de luta pela terra, sobretudo os camponeses do norte do Estado junto ao MST.

Esse foi o processo que conduziu à territorialização de movimentos sociais de luta pela terra na Metade Sul do RS (CHELOTTI, 2013). Entretanto, esse processo não é uma transformação hegemônica da concentração fundiária, até mesmo porque é uma política de assentamentos rurais, e não de reforma agrária.

Como já foi visto, o principal mecanismo legal que justifica a desapropriação é a improdutividade dos imóveis rurais conforme índices mínimos definidos por região. A estratégia de resistência do patronato rural da Metade Sul, para evitar maiores mudanças na matriz fundiária, foram movimentos contra as vistorias do INCRA (ROS, 2009) e, também, o aumento dos índices de produtividade, mesmo que isso representasse perdas de produtividade e degradação dos campos (VALLS et al. 2009). Também, a substituição dos campos naturais por espécies forrageiras ou de grãos representa uma reorientação da produção, processos contrários à conservação.

A lógica de produção adotada em parte considerável dos lotes de famílias em assentamentos rurais é considerada intensiva e, sendo assim, também pouco ou nada contribui no contexto da conservação do bioma Pampa. Um conjunto de motivos corrobora para esse cenário: famílias camponesas de origem da região norte do RS com outro conhecimento sobre outra lógica de produção; lotes com não mais de 30 hectares, pouco viáveis para uma ocupação de baixa intensidade no contexto do bioma; inexistência ou ineficiência de políticas de extensão rural; insuficiente planejamento para o desenvolvimento dos assentamentos rurais (ROCHA; ZANELLA; CRUZ, 2013).

Além disso, Rocha, Zanella e Cruz (2013) consideram que o tamanho atual dos lotes, em tendência de diminuição, será mantido, pois: os recursos do INCRA para desapropriações são limitados; a dificuldade para desapropriar aumentou pela diminuição de áreas improdutivas e argumentos que justificam a improdutividade; desenvolvimento de estudos que justificam o modelo atual de exploração intensiva; aumento dos preços das terras pela valorização para produção de soja na região; limite de valor máximo para destinação de lote por família em desapropriação. Os autores apontam que, na medida em que esse processo ocorreu, os objetivos de justiça social e

sustentabilidade ambiental não foram alcançados, pois por um lado foram assentados agricultores com explorações intensivas em pequenas propriedades, e por outro os índices de produtividade latifundiária aumentaram, mas com a degradação dos campos ou substituição por agricultura industrial.

Apesar de se considerar que o modelo intensivo de produção em assentamentos é insustentável, se comparado à lógica de produção ecológica da pecuária familiar camponesa, também seria, no mínimo, improvável exigir ou esperar que os agricultores do norte do estado reproduzissem prontamente esse modelo, completamente desfocado de sua trajetória cultural. O que se pode esperar é que na capacidade de agente sob a condição camponesa, assentados tomem ações para contornar as restrições, com caminhos alternativos.

É nesse sentido que a 'Plataforma política para a agricultura brasileira' proposta por movimentos sociais, inclusive o MST, é relevante, pois está baseada na soberania alimentar através da transição agroecológica e representa as bases da orientação política a ser tomada nos assentamentos (MST, 2010). Dessa forma, é proposto pelos movimentos um modelo mais compatível com a conservação dos recursos naturais e com a cultura de famílias, como as oriundas de migração.

Entretanto, como afirma Martins (2003), é necessário voltar a atenção aos sujeitos sociais da reforma agrária, os agricultores que vivem o processo de perda, luta e conquista da terra, que convivem diariamente com as contradições de ser proprietário de terras no contexto da economia capitalista, entre subsistir e lucrar. São eles, denominados de forma bastante homogênea como 'sem terra' ou 'assentados', quando no fundo são portadores de muitas singularidades, quem concretiza a reforma agrária, a partir das percepções, experiências e representações.

No entendimento de Martins (2003), mesmo sendo esta uma luta justa, até que ponto há clareza no ideário da luta pela 'terra', que não é só por terra, mas de disputa por modelos de agricultura, de desenvolvimento?

A condição camponesa é uma orientação para análise do que é vivido nos assentamentos, no contexto da sustentabilidade, do desenvolvimento da Metade Sul, e da conservação do bioma pampa. As contradições vividas pelos assentados conduzem

para recampesinização ou descampesinização? O que estão ‘fazendo’ os sujeitos da reforma agrária?

2.5 Pesquisa social qualitativa

O enfoque de pesquisa tomado para entender o processo no cotidiano dos assentados é a pesquisa social qualitativa, de orientação exploratória, com ênfase na Teoria das Representações Sociais.

A pesquisa social se constitui em um processo de emprego da metodologia científica como caminho do pensamento para análise dos múltiplos campos da realidade social, a fim de obter novos conhecimentos (GIL, 2008; MINAYO, 2000).

Dados quantitativos e qualitativos se complementam na medida em que uma mesma realidade pode ser analisada sob estes diferentes enfoques, mas sem dicotomias. Considera-se que, na pesquisa qualitativa em ciências sociais, o foco de análise se atém à informações subjetivas, onde uma análise puramente quantitativa não seria suficiente para a descrição da complexidade da realidade social pesquisada (MINAYO, 2000).

O caráter de pesquisa exploratória, utilizado neste trabalho, contribui no contexto de proporcionar uma “visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008, p. 27). Isso significa que no contexto do assunto analisado e dos dados disponíveis, o principal resultado esperado, nesse trabalho, é um maior esclarecimento sobre o problema e contribuições para novas pesquisas.

2.5.1 Representações sociais

A Teoria das Representações Sociais (TRS) oferece o referencial interpretativo para tornar representações visíveis e inteligíveis como prática social. Analisa-se essa teoria no presente trabalho a partir do livro “Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social” de Serge Moscovici (2010).

Para este autor, as Representações Sociais são ‘sociais’, ao invés de coletivas ou individuais, pois a atenção se volta às especificidades da realidade de cada

indivíduo. Pessoas e grupos produzem suas próprias e específicas representações sociais, sem, no entanto, deixar de considerar as interações humanas e motivações via senso comum, ciência, religião, educação etc., acumuladas historicamente, sem que haja noção disso. Representações são entendidas não apenas como o modo de compreender um objeto particular, mas uma forma em que o sujeito adquire uma capacidade de definição, uma função de identidade, valor simbólico expressado, na medida em que age no mundo através de relações.

A partir dessa dinâmica de relações se dá a variação e diversidade de ideias na sociedade, objeto de estudo de Serge Moscovici.

As RS servem para ‘familiarizar o não familiar’, em uma dinâmica de relações onde ocorrem familiarizações de objetos, pessoas e acontecimentos, ao passo que são percebidos e há compreensão, sendo relacionada com experiências de vida anteriores. A familiaridade tem o sentido de convencionalizar os objetos, pessoas ou acontecimentos, que na medida em que são encaixados em categorias, (boas, ruins, estáveis, instáveis, aceitável, não aceitável) deixam de ‘pré-ocupar’, de estabelecer elementos desconhecidos.

Uma nova paisagem, novas espécies animais e vegetais, entre tantas ‘novidades’ para um assentado que passa por migração, e que não tinha um significado específico para tal, por necessidade psicológica se adapta e passa a um estado estável e adaptado, sem novidades incompreendidas para causar perturbação, espanto ou estranhamento. Nesse sentido, representações são estruturas que conseguiram uma estabilidade através da transformação de uma estrutura anterior.

Nos pontos de tensão de qualquer cultura novas representações emergem, pois é desconfortável a ausência de sentido. Em assentamentos rurais, com agricultores familiares oriundos da região norte do estado, o choque cultural é permeado de construção de novos significados. É o ato de ‘re-apresentação’, ou seja, algo que perturba por ser desconhecido e que passa de incomum para comum.

Essa dinâmica de representações se dá através de processos denominados como ‘ancoragem’ e ‘objetivação’ (MOSCOVICI, 2010).

A ancoragem classifica e dá nome a alguma coisa, por meio de comparação (avaliação, rotulação) a um sistema denotativo conhecido (mais confortável), uma

categoria já existente. Isso passa pela necessidade de dar nome para que tenha identidade, para familiarizar. Isso não é simplesmente fazer por fazer, é um processo que reduz o gasto energético para sobreviver, na medida em que facilita interpretações, forma opiniões, articula com outras representações, ou seja, não gera estranhamento a cada novo encontro, deixa de ser desconhecido, e passa além de conhecido a um grupo de categorias que o definem.

A objetivação, mais diretamente, é a materialização da abstração. É o processo onde uma nova imagem é aliada a uma imagem concreta, visível, real, conhecida, objetivamente.

3 Objetivos

3.1 Objetivo geral

- Analisar indícios da condição camponesa na forma como os assentados praticam agricultura no Assentamento São Joaquim, a fim de apontar sua relação com o desenvolvimento rural sustentável.

3.2 Objetivos específicos

- Analisar o uso e cobertura do solo no Assentamento São Joaquim por meio de imagens disponíveis no banco de dados do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisas em Ciências Ambientais (LICA), tendo como parâmetro critérios de aptidão de uso do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);

- Identificar níveis básicos de heterogeneidade na forma como os assentados praticam agricultura no Assentamento São Joaquim;

- Identificar indícios de processos de recampesinização/descampesinização a partir da análise da condição camponesa no Assentamento São Joaquim;

- Identificar potencialidades e dificuldades para o desenvolvimento rural sustentável a partir de abordagem multidimensional.

4 Material e Métodos

A metodologia utilizada neste trabalho consistiu em análises bibliográficas e levantamento de informações e documentos sobre o local de estudo, como fontes secundárias⁶; elaboração de roteiro semiestruturado e análise de entrevistas, além de observações no local de estudo, como fontes primárias⁷; e por fim análise exploratória das informações coletadas.

Considera-se que na pesquisa qualitativa, neste trabalho, o foco de análise se atém às informações subjetivas, significados, atitudes e representações da realidade (MINAYO, 2000). A realidade social dos assentamentos, nesse caso, é analisada em uma perspectiva exploratória (GIL, 2008), a partir de significados e atitudes, conforme a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2010), e das evidências empíricas, conforme imagens de satélite, observações *in loco* e fotografias.

No contexto do assunto analisado e dos dados disponíveis, o caráter exploratório das análises tende a contribuir com uma visão geral sobre o problema analisado, para que a partir de resultados aproximativos obtenha-se um maior esclarecimento sobre o problema e contribuições para novas pesquisas.

O objeto principal de estudo desse trabalho é a condição camponesa no Projeto de Assentamento São Joaquim, analisada sob o referencial teórico consultado de Jan Dowe Van der Ploeg (2006, 2008, 2009), que oferece diversos parâmetros para análise. Esta é entendida como a expressão de uma forma de ser e de fazer agricultura no contexto contemporâneo. A partir das múltiplas facetas desta condição é que os camponeses resistem e buscam autonomia através de sua capacidade de agir, mesmo em meio a uma realidade de privações.

A sustentabilidade, como objeto do curso de Gestão Ambiental, perpassou como elemento de análise por todo o estudo, principalmente a partir das dimensões do

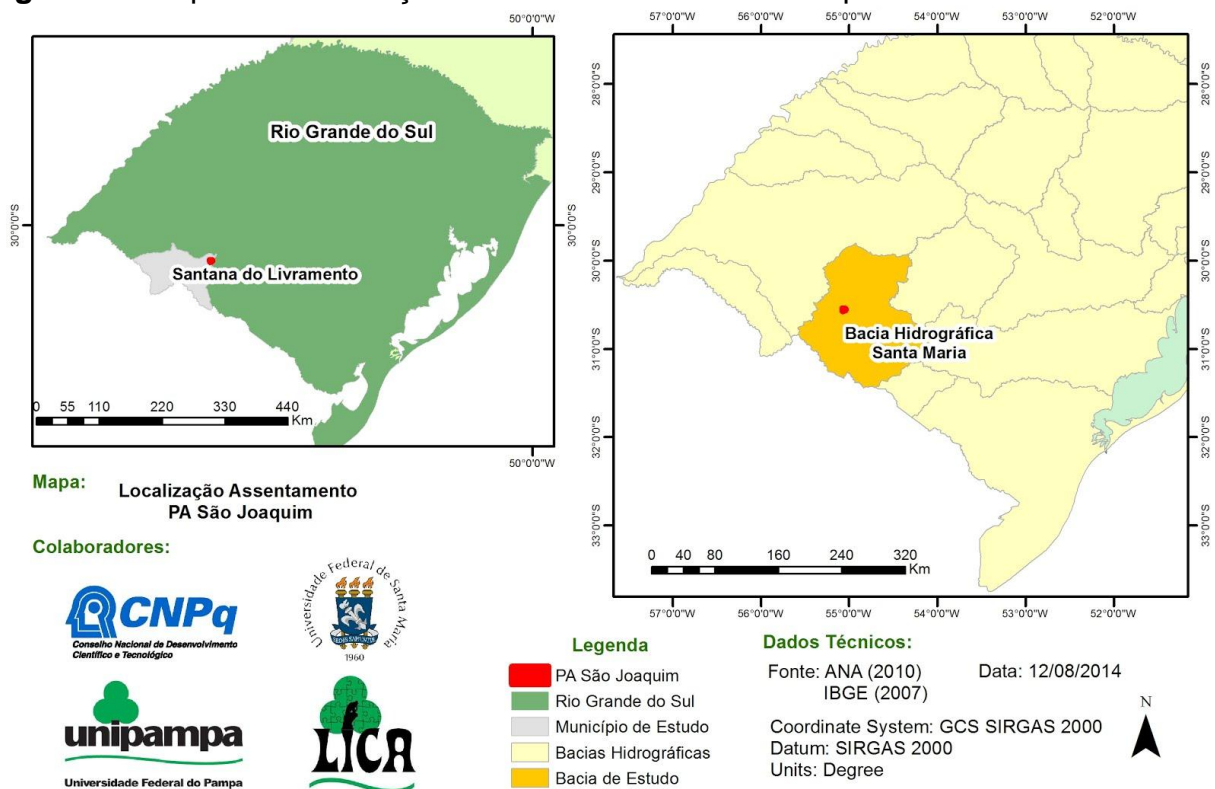
⁶ Optou-se por descrever as fontes através da classificação entre fontes primárias e secundárias: as fontes secundárias são relacionadas com a pesquisa, mas não diretamente com o objeto e local de estudo (ECO, 1996).

⁷ Ao considerar que esta pesquisa analisa a condição camponesa no Assentamento São Joaquim, como objeto da pesquisa, as fontes primárias são dados obtidos no assentamento e com agricultores assentados no assentamento, além de obras consultadas do autor Jan Dowe Van der Ploeg.

desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; COSTABEBER; CAPORAL, 2002)

O campo de observação dessa pesquisa, no panorama geral, é a repercussão da política de assentamentos rurais na Metade Sul do Rio Grande do Sul, e no específico, é o Projeto de Assentamento São Joaquim em Santana do Livramento/RS (Figura 4).

Figura 4 – Mapa de Localização do Assentamento São Joaquim.



Fonte: LICA.

O Projeto de Assentamento São Joaquim (conhecido também como assentamento Nova Santa Rita) localiza-se no município de Santana do Livramento, às margens da BR 158, a uma distância, por via asfaltada, de aproximadamente 65 km da cidade de Santana do Livramento, e a 40 km da cidade de Rosário do Sul. É delimitado a leste pelo rio Ibicuí da Armada (na Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria) e a oeste pela rodovia BR 158.

O assentamento foi implantado em novembro do ano de 1996 em uma área de 1044,10 hectares, com capacidade de assentar 37 famílias em lotes de 28,22 hectares em média (COPTec, 2009). A área dos lotes é dividida, com destinação de uma parcela 'produtiva' e de outra parte em reserva legal do assentamento, localizada na borda do rio de forma contínua, e não individualmente em cada lote.

Este local foi escolhido para análise devido a indicações feitas por agentes de órgão público (Prefeitura de Santana do Livramento) e Cooperativa (COPTec), atuantes em projetos de assentamentos na região e consultados em atividades anteriores de pesquisas. Estes consideraram o assentamento como exemplar em seu desenvolvimento, no contexto dos 31 assentamentos do município.

4.1 Fontes secundárias

Analisaram-se bibliografias e documentos como referencial teórico. Foram consultadas informações disponíveis em bancos de dados de órgãos públicos (INCRA e IBGE) e Cooperativa (COPTec). As análises tiveram como objetivo demonstrar o processo de desenvolvimento da agricultura, os estilos de agricultura, as perspectivas da sustentabilidade para o desenvolvimento rural, realizar uma contextualização da região e local de estudo, além de obter conhecimentos sobre metodologia científica.

Foram utilizados também imagens e mapas disponíveis no banco de dados do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisas em Ciências Ambientais (LICA) para uma análise do uso e cobertura de solo no Assentamento São Joaquim.

Conforme Rocha et al. (2014), a metodologia utilizada para elaboração dos mapas consultados no LICA, em síntese, foi: 1) digitalização dos dados de uso e ocupação fornecidos pelo INCRA no ano de 2005, através do ArcGIS 9.3; 2) interpretação do uso atual do solo (março de 2013) através de imagens de satélite disponíveis no Google Earth.

Nesses mapas do INCRA (2005), as áreas foram classificadas em: Agricultura/Solo Exposto; Pousio; Campo úmido; Campo Seco; Mata; Silvicultura; e áreas alagadas (Água).

Foram consideradas como “Campo” as áreas com cobertura de pastagens cultivadas e áreas com uma vegetação típica nativa da região, sendo que classificou-se como “úmido” quando está próxima de cursos d’água ou vales que permanecem por um determinado tempo encharcados. Considerou-se campo “seco” os ambientes onde não há presença de terras encharcadas ou de possível alagamento.

A classificação de “Mata” se deu apenas às áreas de vegetação arbórea ou arbustiva arbórea nas APPs ou próximo a elas. As áreas de “Silvicultura” ocorrem onde há plantio planejado de árvores, sendo levados em consideração a homogeneidade e as formas das manchas para tal classificação.

Com as imagens de satélite de 2013 procurou-se manter os mesmos símbolos, cores e classificação daqueles utilizados pelo INCRA. Entretanto, conforme Rocha et al. (2014) para uma coerente representação foi necessário criar novas classes: “Capões/Vegetação Alta” e “Sede” (local de moradia dos agricultores).

Consideraram-se “Capões/Vegetação Alta” como as áreas com vegetação alta, normalmente exótica, mas sem as características da classe “Silvicultura” ou “Mata”. São áreas de vegetação alta próximas às moradias, ou partes isoladas em meio ao campo.

4.2 Fontes primárias

A coleta de informações primárias foi realizada no Projeto de Assentamento São Joaquim em Santana do Livramento/RS.

Os sujeitos que participaram desta investigação foram 20 agricultores (as) familiares assentados (as) nesse respectivo assentamento, através de entrevistas realizadas nos dias 17 e 18 de outubro de 2013. Os lotes das famílias⁸ de agricultores entrevistadas estão distribuídos ao longo das diferentes áreas do assentamento, de forma não probabilística.

A ferramenta de coleta de dados primários por meio de entrevistas foi um roteiro semiestruturado (Anexo 1), constituído de 25 perguntas, elaborado em oficinas do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Meio Ambiente e Sociedade (GPDEMAS) no LICA.

⁸ O conceito de família utilizado neste trabalho refere-se aos que dependem do mesmo lote para sobrevivência, o que pode considerar mais de uma geração morando na mesma casa ou lote.

A escolha do roteiro semiestruturado para entrevista, se justifica, no contexto deste trabalho, na medida em que a ferramenta conduz para a identificação de representações da realidade, com liberdade para inclusão de temas e expressão de opiniões pelo entrevistado.

A aplicação do roteiro de entrevista foi conduzida por três pesquisadores do LICA, que participaram do processo de construção da ferramenta. A característica semiestruturada do roteiro permitiu maior liberdade aos entrevistadores para incluir novas perguntas e suprimir dúvidas, mas também exigiu maior atenção para levantar todos os temas propostos. As diferentes conduções tomadas na aplicação da ferramenta não limitaram a interpretação proposta neste trabalho, ou seja, a identificação de um conjunto amplo de ideias. Entretanto, os resultados não permitiram testes de correlação estatística entre diferentes variáveis e entrevistados.

Antes de cada entrevista, explicou-se os objetivos da mesma e seu caráter estritamente científico e, com este teor, os entrevistados assinaram um protocolo de pesquisa no qual fica garantida a confidencialidade das respostas. Utilizou-se gravador de áudio para registrar as entrevistas. Posteriormente, as mesmas foram transcritas para proceder com a leitura e análise.

Considerando que o critério mais importante de amostragem é a identificação do 'universo' de representações, as entrevistas foram realizadas até o ponto em que a equipe entendeu já haver suficiência amostral, uma saturação de 'ideias' na medida em que novas entrevistas eram realizadas e os resultados se repetiam (MINAYO, 2000).

Para verificação *in loco*, das informações analisadas a partir de imagens de satélite, foram realizadas coletas de dados no assentamento nas mesmas expedições realizadas para entrevistas. A partir do uso de Sistema de Posicionamento Global (GPS), gravador de áudio e câmera fotográfica foram realizados registros acerca do uso e cobertura do solo em diferentes pontos no assentamento.

5 Resultados e Discussões

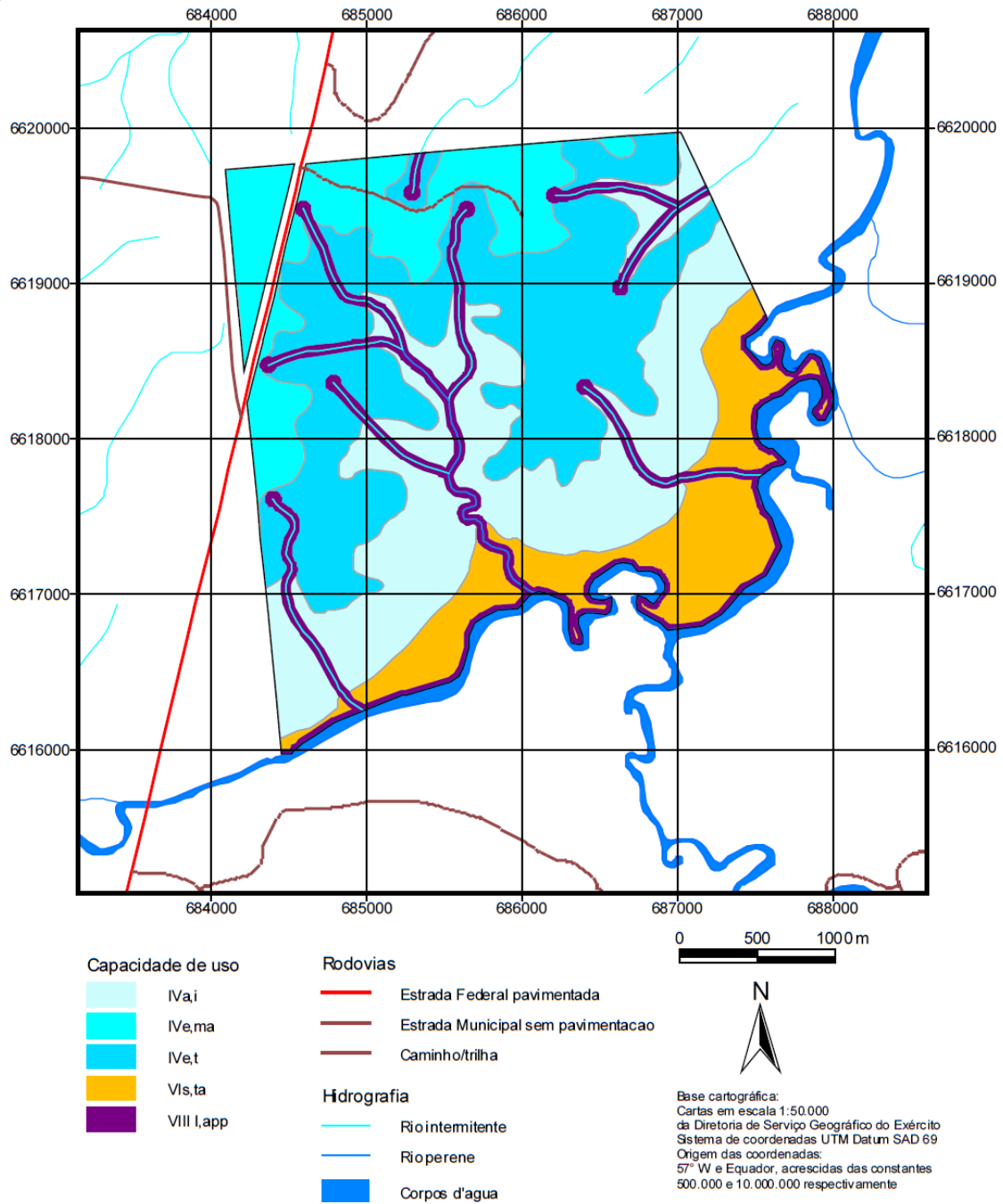
5.1 Capacidade de uso das terras do assentamento

Conforme o Relatório Ambiental do Projeto de Assentamento São Joaquim (INCRA, 2005), o assentamento foi classificado conforme um sistema de capacidade de uso das terras, de enfoque conservacionista do solo, analisando potencialidades e limitações, o que gerou um mapa (Figura 5).

A partir da aplicação do método foram definidas cinco diferentes categorias de aptidão com respectiva porcentagem de área no assentamento: 1) IVa,i áreas com hidromorfismo ou risco de inundação (29,38%); 2) IVe,ma horizonte A muito arenoso (14,39%); 3) IVe,t forte declividade (32,77%); 4) VIIs,ta textura arenosa em todo perfil (13,88%); e 5) VIII I,app áreas de preservação permanente⁹ (9,58%).

⁹ Definidas a partir da legislação anterior ao atual código florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012).

Figura 5 - Mapa das classes de capacidade de uso das terras do assentamento São Joaquim.



Fonte: INCRA (2005).

Conforme o estudo, as áreas classificadas como hidromórficas, arenosas, muito arenosas ou com declividade forte são adaptadas apenas para uso ocasional com culturas anuais, alternadas com culturas semi-permanentes, e para uso temporário com

culturas de verão adaptadas. As limitações são fortes, e é grande o risco de erosão, se utilizado continuamente com lavouras anuais. Apenas ciclos longos, de 3 a 4 anos, são recomendados. As áreas mais próximas das margens do rio são inaptas para qualquer cultivo, com risco de erosão até com a cobertura original de campo ou floresta.

Os solos do assentamento são predominantemente classificados como Argissolos Vermelhos, que em partes são Distróficos abrupticos e em outras Distróficos arênicos, ou ainda Eutróficos arênicos. Também ocorrem Planossolos Eutróficos ou Distróficos, e em partes Hidromórficos. Em 86% da área do assentamento a declividade está entre zero e 5%, e em 12,8% da área está entre 5% e 10% (COPTec, 2009 apud MDA/INCRA, 2009).

Este conjunto de restrições, que gera uma série de limitações, exige um manejo específico para o uso compatível. É recomendado um manejo baseado em práticas conservacionistas e cultivos de ciclos relativamente longos, maiores de três anos. Esta complexidade exige conhecimento por parte dos assentados com o devido acompanhamento técnico para orientação sobre a mais compatível relação de cultivos, manejo e práticas para garantia da conservação dos recursos locais.

Além das relevantes restrições ambientais nos lotes, os assentados tiveram acompanhamento técnico muito precário nos primeiros anos de ocupação, deficientes de informações, pois até mesmo o estudo que demonstrou as restrições foi publicado aproximadamente nove anos após a implantação. Há uma defasagem significativa entre a implementação e o planejamento, uma inversão. Isso fica claro ao analisar planos de assentamentos que são denominados 'de recuperação', como é o caso do São Joaquim (COPTec, 2009).

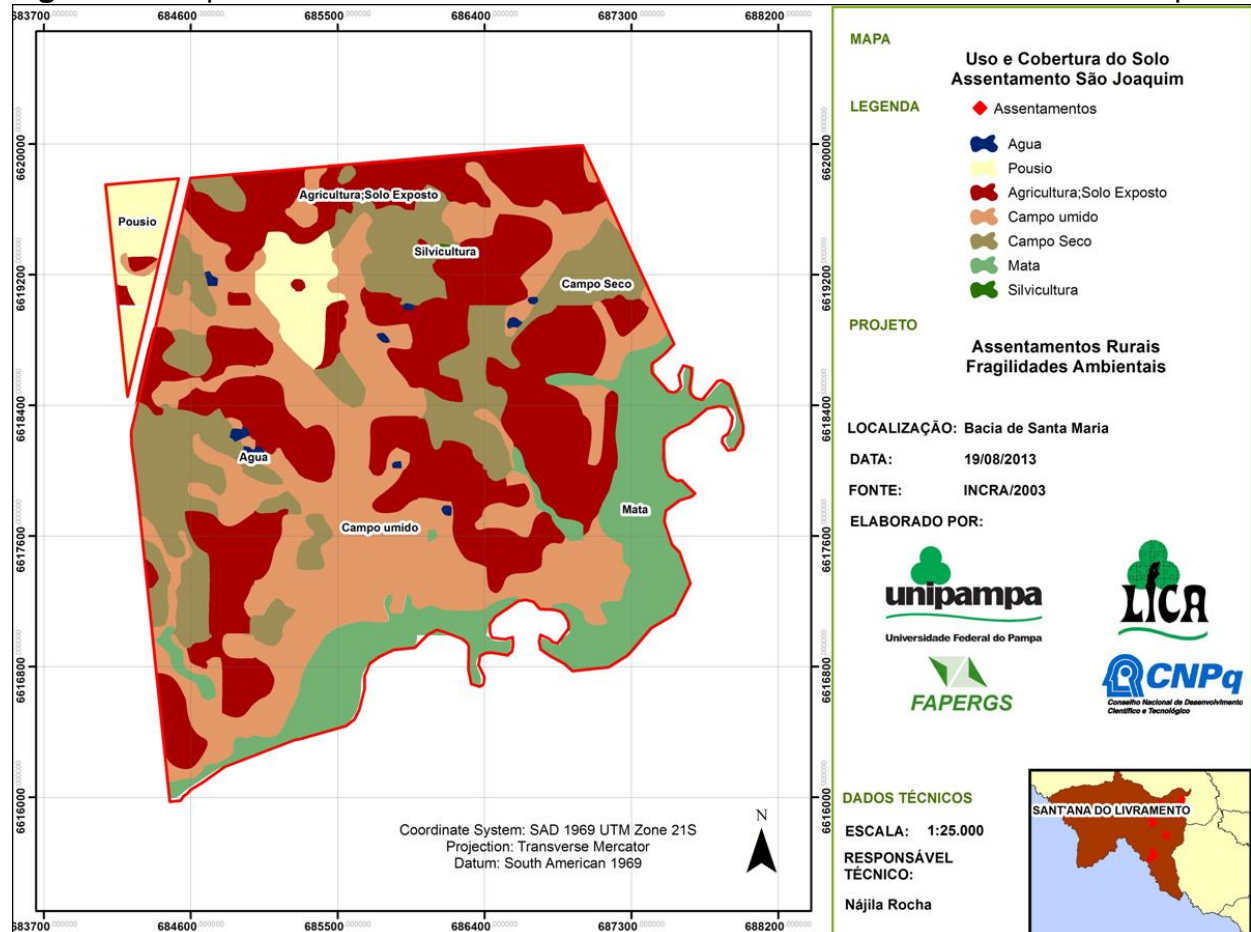
A partir da análise do uso e cobertura do solo foi analisada a relação dessas orientações técnicas para o assentamento com o que é praticado e percebido pelos agricultores assentados, o que se considera fundamental na possibilidade de permanência das famílias no assentamento. Em que medida estas restrições para o uso influenciaram as famílias que vivem a aproximadamente 15 anos neste local? Tomou-se como informação imagens de satélite, imagens obtidas *in loco* e entrevistas com os assentados.

5.2 Uso e cobertura do solo

Este capítulo se constitui em análises sobre o uso e cobertura do solo no assentamento em imagens de 2003 e de 2013. A partir de fontes secundárias (imagens de satélite, documentos e publicações) e de fontes primárias (entrevistas, observações e imagens obtidas *in loco*) procura-se identificar indícios de mudanças nesse intervalo de dez anos, e relacioná-los com outras variáveis, para apontar possíveis consequências em curto prazo.

Pode-se perceber, ao observar a Figura 6, referente ao uso e cobertura do solo no ano de 2003, uma relevante quantidade de área com cultivos agrícolas e solo exposto, dispostas em áreas fragmentadas e distribuídas em diferentes manchas por toda a extensão do assentamento. Conforme Aguiar e Medeiros (2010), ao compararem imagens de antes e depois do Assentamento São Joaquim, concluíram que ocorreu uma “radical intensificação no uso da terra” nos primeiros anos. Em 2003, predominava o cultivo de soja no assentamento (INCRA, 2005). Neste período não foi registrada presença de manchas da classe “capões/ vegetação alta” nos lotes. Foram identificadas manchas da categoria mata em alguns lotes, e uma faixa contínua na reserva legal, em mata ciliar.

Ao analisar a Tabela 1, referente à superfície ocupada pelos diferentes usos no assentamento, percebe-se que há predominância da classe de uso agricultura/ solo exposto, seguida das classes campo úmido e campo seco. A maior quantidade de manchas é da categoria agricultura/ solo exposto, o que representa, além de sua predominância, o caráter fragmentado da classe.

Figura 6 - Mapa de Uso e Cobertura do Solo em 2003 no Assentamento São Joaquim.

Fonte: LICA.

Tabela 1 – Superfície ocupada pelos diferentes usos no Assentamento São Joaquim em 2003.

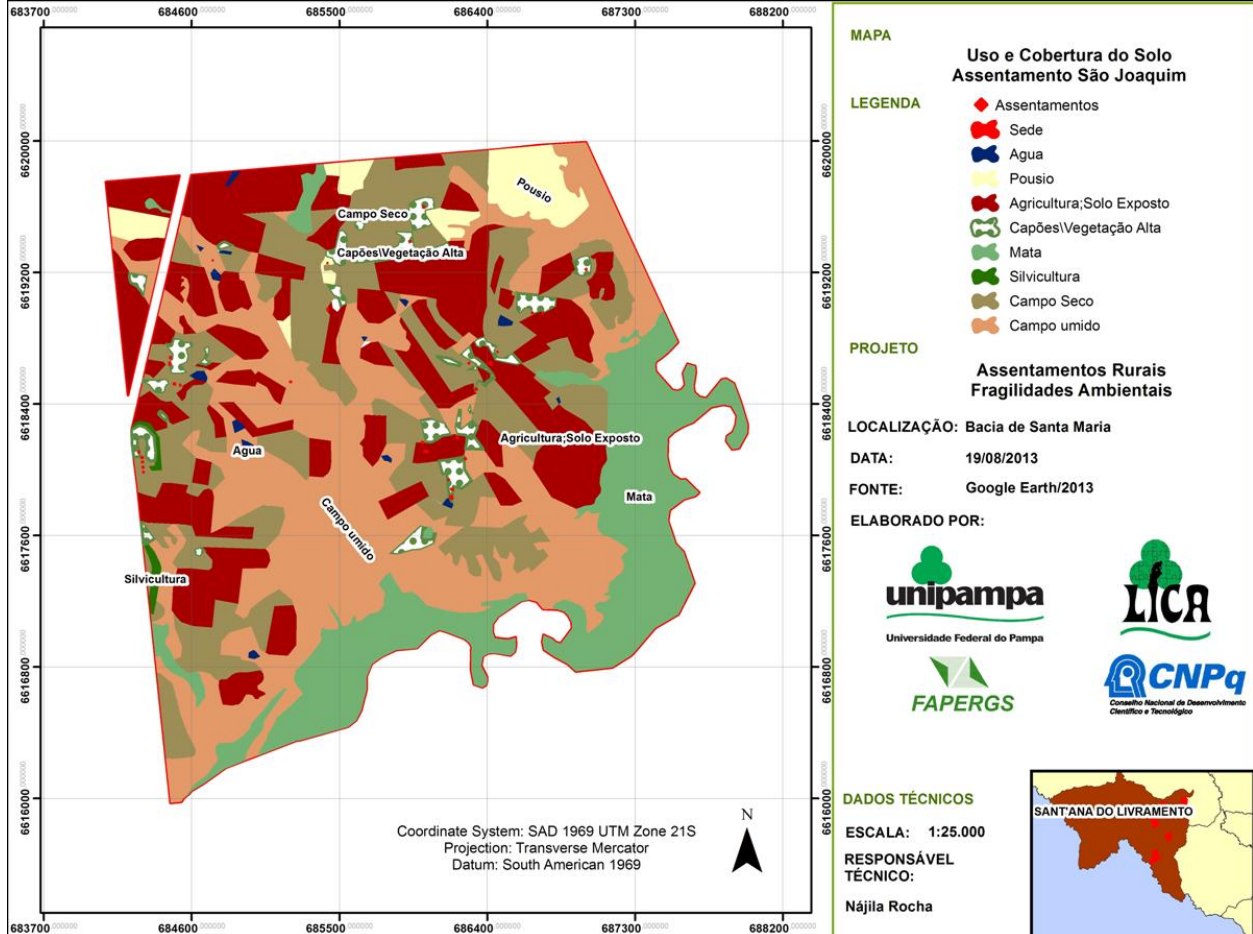
Classe	Nº de manchas	Área (ha)	Área (%)
Agricultura/ solo exposto	17	335,32	32,45
Água	9	4,13	0,40
Campo Seco	12	177,37	17,16
Campo úmido	11	313,00	30,29
Eucalipto	1	0,42	0,04
Mata	5	150,13	14,53
Pousio	2	53,09	5,14
Total	57	1033,46	100,00

Fonte: Adaptado de INCRA (2005, p.35).

Na segunda imagem apresentada (Figura 7), percebe-se mudança parcial no uso e cobertura. A presença de maior quantidade de cobertura campestre, na imagem de 2013, demonstra uma mudança nos sistemas produtivos, constatada nas entrevistas, com uma dedicação maior à produção de leite, tendência existente nos assentamentos da região (ROCHA et al. 2014). A presença de áreas cultivadas ou com solo exposto não desaparece, pois na produção de leite, nesse assentamento, se mantém o plantio de milho e de pastagens de ciclo anual para alimentação do rebanho bovino.

A partir de análise da Tabela 2, percebe-se que a classe agricultura/solo exposto perde representatividade perante às categorias campo úmido e campo seco. Há uma relativa manutenção na quantidade de áreas com mata, pousio e água, além de um incremento nas áreas de silvicultura e capões/vegetação alta, estas últimas não identificadas anteriormente.

Quanto à quantidade de manchas, percebe-se que o aumento geral é significativo. Em 2013 a quantidade representa mais que o dobro de manchas, com aumento principalmente nas categorias agricultura/solo exposto, campo seco, capões/vegetação alta e água. Na categoria campo úmido houve uma diminuição na quantidade de manchas, apesar do aumento na superfície da classe. Esses resultados apontam para uma maior fragmentação e diversidade de manchas. Percebe-se também que o aumento na quantidade de manchas em áreas de agricultura e campo seco, ao contrário do ocorrido em áreas úmidas, representa a priorização de áreas secas para cultivos de grãos e pastagens, um uso mais fragmentado. O aumento na quantidade de capões/vegetação alta e de reservatórias de água (açudes) está associado à fixação das famílias e, também, aumento de elementos ligados à atividade leiteira.

Figura 7 - Mapa de Uso e Cobertura do Solo em 2013 no Assentamento São Joaquim.

Fonte: LICA.

Tabela 2 – Superfície ocupada pelos diferentes usos no Assentamento São Joaquim em 2013.

Classe	Nº de manchas	Área (ha)	Área (%)
Agricultura/ solo exposto	44	239,65	23,16
Capões/ vegetação alta	24	32,11	3,11
Água	14	3,76	0,35
Campo Seco	26	228,66	22,10
Campo úmido	7	321,59	31,09
Silvicultura	2	3,49	0,33
Mata	5	169,12	16,35
Pousio	5	36,37	3,51
Total	123	1034,27	100,00

Fonte: Autor.

A presença da classe “capões/ vegetação alta” tem maior evidência na imagem de 2013, geralmente associada às moradias (sedes) (Figura 8). Essa tendência representa a fixação das famílias em seus lotes com implantação de uma série de cultivos para diferentes finalidades no entorno da moradia, como indício de adaptação. Podem-se tomar como exemplo alguns fins dados a estas áreas: a) o cultivo de espécies para produção de madeira que representa, ao mesmo tempo, oferta de lenha (como combustível, aquecimento no inverno), sombra para casa (um microambiente de maior qualidade) e para animais (bem estar para maior produção de leite) e função de quebra vento (para o crescimento de determinados cultivos, segurança e qualidade da moradia); b) cultivo de pomares, hortas e jardins, pode representar melhor alimentação e qualidade de vida da família, venda de excedentes, ou até reaproveitamento no agroecossistema para alimentação de animais; c) a presença destas manchas de vegetação alta pode ainda gerar efeitos não diretamente desejados, pela formação de novos nichos ecológicos, com o aumento significativo da presença de algumas espécies beneficiadas, como de aves, fato relatado pelos entrevistados.

Figura 8 - Exemplo do uso de vegetação alta associada à moradia como portadora de elementos da base de recursos: quebra-vento, sombra, alimentos, regulação de micro-clima.



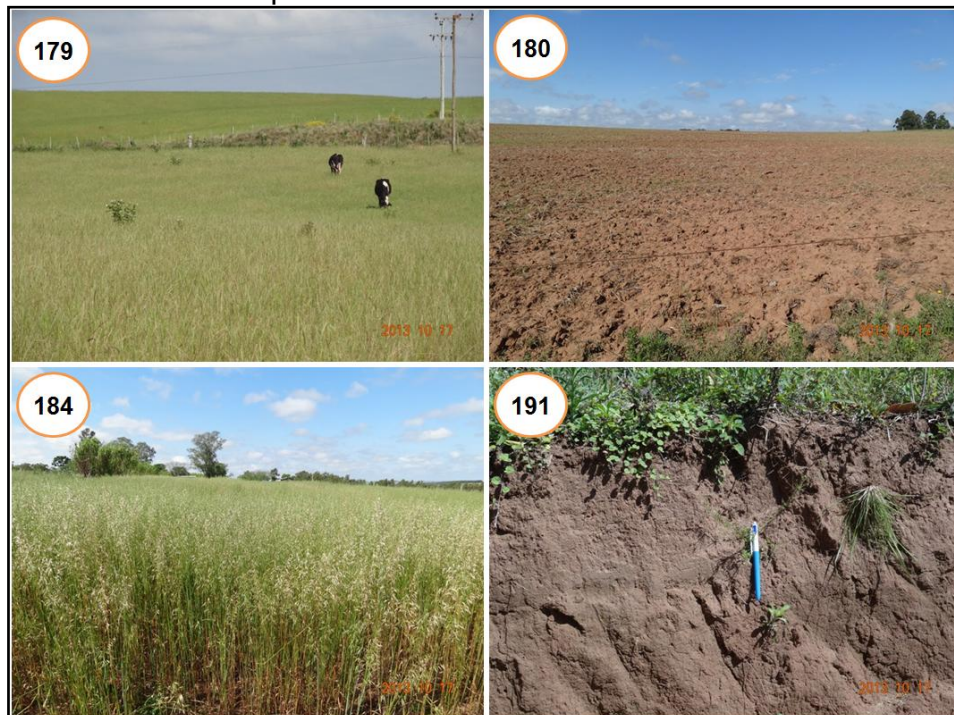
Fonte: Autor.

Em relação às características de cobertura original do bioma Pampa na região, a análise demonstra que a paisagem foi modificada tanto em 2003 como em 2013. A fragmentação da paisagem aumentou com os cultivos utilizados para produção de leite e com o incremento de áreas com vegetação alta, pois estes representam uma diversificação no uso da terra. Por si só, a implantação do assentamento com a distribuição dos lotes, naturalmente, representa esse processo, ainda mais se considerado o caráter camponês da ocupação, que pressupõe diferentes cultivos para suprir condições básicas de sobrevivência das famílias.

Conforme os critérios de aptidão de uso da terra, estabelecidos em análises conduzidas pelo INCRA (2005), ambas as condições, 2003 e 2013, não são consideradas adequadas. Os cultivos são realizados com espécies de ciclos anuais e o manejo do solo é muitas vezes realizado através de manejo convencional, com revolvimento do solo.

A Figura 9 é resultado de imagens obtidas *in loco*, com ênfase em áreas de pastagem cultivada e solo exposto.

Figura 9 - Verificação *in loco* do uso e cobertura do solo com ênfase em áreas de pastagem cultivada e solo exposto.



Fonte: LICA. Adaptado pelo autor.

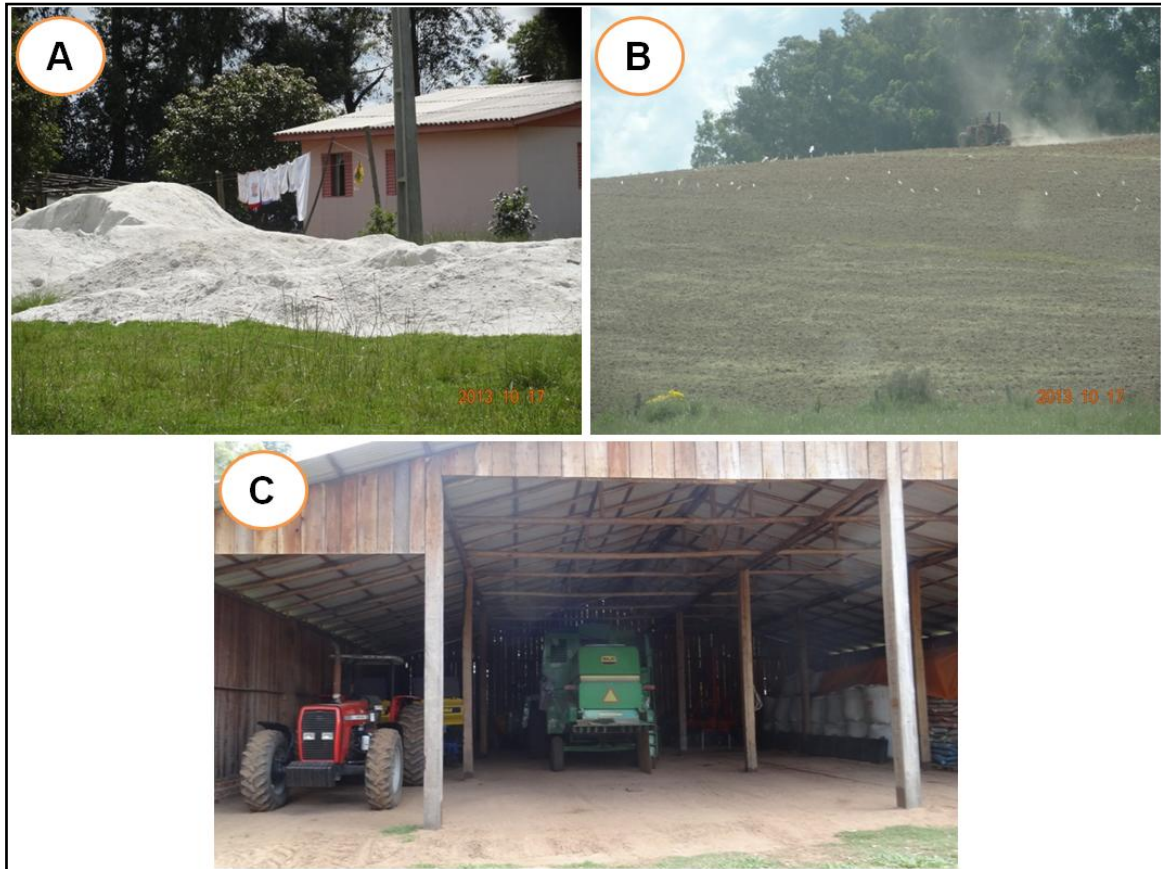
No ponto 179, obtido com GPS, (Figura 9) demonstra-se a comparação entre uma área classificada por imagens de satélite como 'agricultura/solo exposto' e a verificação no local que constatou a presença de pastagem cultivada de ciclo anual para pecuária, com aproximadamente 60% a 70% de cobertura vegetal, na classe 'campo seco'. No ponto 180 do GPS (Figura 9) percebe-se a presença de solo exposto com cultivo convencional de verão em área previamente considerada como campo seco, onde pode-se visualizar uma camada superficial arenosa. No ponto 184 do GPS (Figura 9) a imagem de satélite aponta presença de campo seco, mas a verificação constatou presença de área com cultivo de aveia, com manejo convencional, sem limitação por cerca, como pode ser visto na imagem. Esses três pontos demonstram que nessas respectivas áreas o uso e cobertura são destinados à alimentação de animais, com pastagens de inverno e verão, e também produção de grãos. Há mudanças de estado da cobertura do solo ao longo do ano, na medida em que são realizados esses cultivos, conforme comprovado nas verificações.

A área de agricultura/solo exposto é potencialmente maior em certas épocas do ano, em relação ao que é apontado em geoprocessamento de imagens de satélite, devido à dinâmica existente no uso. Conforme previsto, as áreas consideradas na categoria 'campo seco' representam um campo em áreas secas, e a partir do que se confirmou em imagens *in loco* e entrevistas, este pode ter diferentes manejos, como cultivado anualmente, nativo/original ou com culturas perenes.

A fotografia do ponto 191 do GPS, na Figura 9, aliada à observação e banco de dados, levam a constatar a presença de argissolos arênicos no assentamento em área com pastagem cultivada.

Na Figura 10 pode ser visualizado na fotografia A um depósito de calcário, na fotografia B um exemplo do manejo convencional, e na fotografia C maquinário e depósito de fertilizantes. Esse conjunto representa a necessidade de complementação mineral ao solo frágil e de baixa fertilidade, submetido a manejo intensivo no modelo de pecuária leiteira adotado pela maioria dos assentados. Essa é uma consequência inevitável (devido à condição de manejo adotada) e requisito para obter pastagens de qualidade e que supram a demanda de alimentação necessária à produtividade de leite.

Figura 10 – Registros fotográficos realizados no Assentamento São Joaquim acerca do uso e cobertura do solo.



Fonte: LICA. Adaptado pelo autor.

A partir das análises de imagens de satélite, fotografias e entrevistas *in loco* foi possível analisar e relacionar aspectos sobre a intensidade e aptidão do uso e cobertura do solo no assentamento.

Percebe-se que o manejo para produção de grãos e de pastagens é intensivo, e que nos casos verificados ocorre com revolvimento do solo e substituição de pastagens naturais. Apesar de serem apresentados casos, em entrevistas, da mudança para uso de pastagens com ciclos mais longos, verificou-se que a maior parte das áreas ainda é manejada de modo sazonal. O aproveitamento de pastagens naturais do bioma Pampa é bastante restrito, e se dá, principalmente, em áreas de difícil acesso e manejo.

O cultivo de soja é considerado potencial causador de impactos negativos à base de recursos. Isso se justifica por ser um cultivo de ciclo sazonal, dependente do uso de agrotóxicos e fertilizantes (pacote agroquímico) e de um regime de chuvas favorável.

No aspecto socioeconômico, a produção de *commodities*, na lógica da agricultura industrial, impõe riscos na medida em que a dependência de créditos e insumos externos é alta, e que os agricultores são expostos às variações anuais do regime de chuvas e dos preços do mercado.

Também se considera que existem mudanças ao longo do tempo, que sugerem uma maior adaptação ao local, principalmente devido ao acréscimo de vegetação alta junto às moradias. A presença e incremento dessas manchas, com novos e diferentes cultivos, pode representar um incremento na base de recursos. Dependendo do manejo, possibilita, também, co-produção entre ser humano e natureza na interação constante que resulta na configuração e reconfiguração do espaço. Ambos, esses processos contribuem para aumento de autonomia, pois produzir frutos, madeira e animais saudáveis, entre outros bens e serviços, representa menores custos de produção, e mercadorias que não serão incorporadas via mercado, mas a partir da base de recursos. Essas são entendidas como evidências empíricas de práticas da condição camponesa.

O que se percebe, até então, no contexto da sustentabilidade, é um modelo de uso que ainda não está apto às limitações e potencialidades naturais. Percebe-se pelas análises o uso de práticas que levam a uma maior autonomia, mas uma predominância daquelas que geram dependência e perdas do capital natural.

A desapropriação de terras para implantação do assentamento em área frágil, sob o ponto de vista ecológico, não foi acompanhada do devido planejamento pelos órgãos públicos, vide estudos citados que foram realizados apenas após vários anos de ocupação.

É nesse contexto de múltiplas restrições que vivem as famílias. Para sobrevivência e reprodução ao longo do tempo, suas práticas e racionalidade demonstram a condição camponesa, o que será analisado nos capítulos seguintes, e aponta o maior potencial para a sustentabilidade.

5.3 Análise da condição camponesa

Neste capítulo apresentam-se dados qualitativos e quantitativos em uma descrição geral sobre o assentamento e caracterização dos assentados, sob enfoque exploratório. O objetivo foi identificar significados (representações), a partir das manifestações (ideias e opiniões), sobre as transformações ocorridas antes e depois do assentamento, relacionando isso com a condição camponesa.

Os resultados foram organizados nos seguintes assuntos: a) origem das famílias e as restrições que conduziram à busca por terras; b) o choque e adaptação ao novo contexto socioambiental; c) organização em lotes individuais, área coletiva e agrovila; d) relações estabelecidas com o mercado e transição para produção leiteira; e) percepções e ações sobre a degradação/conservação do solo; f) a formação da Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste (Coperforte); g) caracterização das fontes de renda; e h) heterogeneidade na condição camponesa.

5.3.1 Origem das famílias: restrições e luta pela terra

O Rio Grande do Sul é o estado de origem de todas as famílias entrevistadas. Destaca-se que todos os municípios citados pelos entrevistados pertencem à região norte do estado, onde se sobressai o município de Constantina, além de Cruz Alta, Ronda Alta, Nonoai, Erechim, Ibirubá, entre outros. Todos os entrevistados têm origem ligada ao meio rural, nos municípios onde habitavam.

Suas representações manifestadas, ligadas à região de origem, evidenciam indícios da condição camponesa. Essa é explicitada nas específicas restrições e luta por autonomia vivenciadas pelas famílias, que as conduziram ao movimento social, e por consequência ao assentamento.

O fato de a maioria dos agricultores serem originários da região norte do estado acarreta que o conhecimento trazido é próprio daquele contexto e carrega determinados significados. Conhecimentos específicos sobre condições ambientais (como o relevo mais acidentado, regime de chuvas, fertilidade e manejo do solo) foram expressos em elementos do cotidiano, suas palavras, hábitos e instrumentos.

As práticas mencionadas estavam ligadas principalmente ao trabalho manual, com apoio de tração animal. Apesar disso, já conheciam e, em certos casos, utilizavam maquinário agrícola, como trator e implementos. Algumas características específicas foram mencionadas sobre a prática do trabalho, considerado excessivamente árduo devido às restrições ambientais (solo e relevo) e pela penosidade das atividades manuais. Entretanto, o uso de agrotóxicos era mais restrito ou inexistente.

A principal orientação da produção era a subsistência, a partir da diversificação. Alguns dos recursos localmente produzidos eram: milho, leite, soja, fumo, batata, mandioca, frutos, hortaliças, madeira, bovinos, suínos, banha, entre outros. A baixa integração ao mercado era diretamente ligada a uma ampla diversidade de produtos que garantiam a sobrevivência das famílias.

Lá, a gente plantava, por primeiro tem a alimentação, aquela básica que toda a agricultura familiar tem que ter né, mandioca, batata, arroz, essas coisas. Plantava lá, e soja, milho, feijão, essas coisas assim. Mas a terra era pouca, e tinha muita dificuldade, por que as terras eram *dobradas*, tinha que ser tudo manual né, *arado de boi, colher a mão*, era muito difícil (Entrevistado 05, grifo do autor).

Eu *miudeza*¹⁰ planto sempre, estou com 63 anos, mas *pro gasto* eu sempre faço com horta, estufa. Olha, aqui pra vida a gente compra pouco [...] (Entrevistado 01, grifo do autor).

Era agricultura familiar, plantava de tudo, mais pro próprio sustento, a gente arrendava terra (Entrevistado 04).

Essa forma de organização das famílias se manteve até que um limite de restrições inviabilizou a sobrevivência e possibilidades de reprodução naquelas condições. Com o significativo aumento no tamanho das famílias e, conseqüentemente, a diminuição na disponibilidade de recursos locais, se tornaram cada vez menores as áreas disponíveis para cultivos e autoabastecimento. A redução na autonomia, na medida em que se dependia mais de recursos externos, e que o manejo intensivo causava maior degradação, representa descampesinização.

Eu não tinha terra, o pai tinha 2,5 hectares e a gente não conseguia comprar mais terra, foi o único meio, ir acampar e conseguir um pedaço de terra (Entrevistado 02).

¹⁰ Alimentos para subsistência.

O motivo que sai de lá e fui pra acampamento é porque nós éramos cinco irmãos, tinha 15 hectares de terras e não se mantinham todos naquele cantinho de terra [...] (Entrevistado 07).

Esse foi o principal motivo, identificado nesta pesquisa, entre os que levaram estes agricultores ao encontro de movimentos sociais e acampamentos 'sem terra'. Para 65% dos entrevistados, foi a pequena quantidade ou a ausência de terras o motivo que levou ao assentamento, principalmente em casos de sucessão em famílias numerosas. Para 20%, foi o reconhecimento de terras indígenas, e a consequente desapropriação, que conduziram ao processo. Para 5%, a necessidade de ficar próximo de familiares foi o principal motivo para, atualmente, estar no assentamento.

Uma parcela de 15% destes teve passagem pela cidade e vivenciou o ambiente urbano antes da luta pela terra. Esta fase é lembrada de forma negativa, sem adaptação ao estilo de vida, ao trabalho assalariado e sem a mesma liberdade percebida na vida rural.

Estas restrições apontadas conduziram à necessidade de mobilização para conquista de novas terras. Se exemplifica, também, o contexto apontado por Martins (2003), da principal contradição do movimento 'sem terra', na luta por terras em detrimento da luta por trabalho.

Ao longo do processo de envolvimento com o MST, as propriedades cumpriram (limitadamente) sua função de abastecer as necessidades da família até que novas terras foram conquistadas, em outra região. Enquanto as mulheres, idosos e crianças mantinham o manejo dos minifúndios, os homens participaram mais ativamente de ocupações, acampamentos e ações para a expansão do movimento.

Essas famílias vivenciaram fortemente um processo de descampesinização e recampesinização, na medida em que perderam gradualmente a autonomia, e que através de organização em movimentos sociais a reconquistaram (condição de agente), mesmo que a terra signifique apenas o início de uma retomada de meios para sobrevivência.

Essa tendência de assentados oriundos da região norte do estado reforça a análise de que, as pressões pela reforma agrária na Metade Sul se deram sobremaneira por agricultores atingidos por processos de êxodo rural a partir da década

de 1970 no norte do RS (ANDREATTA et al. 2009; ALVES; SILVEIRA; FERREIRA, 2007).

5.3.2 Familiarização de novas representações no assentamento

No final do ano de 1996 as famílias foram reunidas na área atual do assentamento para iniciar a organização nas novas terras. São manifestadas percepções sobre as diferentes condições sociais e ambientais na Metade Sul, as esperadas (abstratas) e as encontradas (tangíveis).

É um momento com riqueza de novas representações, na desconfiança e familiarização do processo de atribuição de significados. Nesse momento se dá o contraste 'antes e depois', principalmente na percepção do uso da terra, concentração fundiária, características edafoclimáticas, questões sociopolíticas e culturais.

[...] antes de ser assentado e de conhecer, diziam: mas não vão pra aquelas fronteiras que é só sol e inverno *muito brabo!* (Entrevistado 02, grifo do autor)

[...] nossa vontade era de ficar por lá, não queria vir pra cá, Livramento era o fim do mundo, Uruguai! Nós viemos sem saber onde era nosso local, viemos procurando (Entrevistado 04).

[...] Livramento, pra nós... não sabia o que significava, porque pra nós Livramento era o fim do mundo! Vamos ir pra Livramento, mas meu Deus onde que fica? E hoje nós sabemos que não existe lugar que não possa ir [...] Então era: quantos dias de viagem? Como vamos viver lá? Será que lá tem escola? Vai ter igreja? Entende? Nós não sabíamos nada sobre *como que se vivia em Livramento* (Entrevistado 05, grifo do autor).

As principais dificuldades foram percebidas na medida em que se tentava manter os antigos costumes e modo de vida na nova realidade, materializados na necessidade por escolas, igrejas e outros elementos. Nesse processo, a transição leva a mudanças e permanências, (des) continuidades no processo de adaptação (SAQUET, 2006).

No início a gente sofreu muito pra acostumar, aqui é diferente o clima com o do norte, até as plantas, a gente chegou aqui e começou plantar como plantava lá e não deu certo, acabamos perdendo muita coisa em muitos anos, plantamos muito cedo e aqui demora mais esquentar e tudo. No início foi sofrido, 2 a 3 anos, depois pegou o ritmo da região, conversando com pessoas daqui foi pegando (Entrevistado 14).

Uma coisa que já dá pra notar diferença de onde a gente morava com aqui é esse negócio de prefeitura, de depender da prefeitura, lá tu pedia e no outro dia já estavam lá fazendo terraplanagem, ou abrindo uma valeta [...] nesses municípios da serra é mais fácil conseguir isso aí. Aqui não adianta, não sei se por causa da extensão do município muito grande [...] (Entrevistado 11).

[...] recomendam pra não mexer nas terras, porque não pode mesmo, se começa mexer as terras aqui, essa areia é complicado, é uma terra que, se chove, ela vai embora, lava tudo, não é como *a nossa lá*, terra vermelha, lá pode chover, não tem problema. Aqui tu começa *gradiar*¹¹ e vai criando uma *areinha* assim, quando vê está *sem terra* (Entrevistado 16, grifo do autor).

A tentativa inicial foi, portanto, de manter as práticas de plantio e manejo da região de origem, com a manutenção das principais culturas manejadas na região norte do estado por estes agricultores (milho e soja) a partir do manejo intensivo e auxílio via crédito rural.

Foram convencionalizadas as representações sociais de sua origem, por meio de ancoragem. Entretanto, esse despreparo e a falta de acompanhamento técnico levaram a frustrações em colheitas e endividamento¹². Ao passo que o conhecimento até então útil em outra região resultou em insucesso (estranhamento) na nova realidade, os assentados foram “re-apresentados” à condição local, tanto pelo percebido como pelas relações sociais, e com a experiência familiarizaram novas representações.

Além de frustrações nas colheitas por questões climáticas e inaptidão dos solos, técnicas convencionais de manejo não adaptadas foram desencadeadoras de processos erosivos. O Entrevistado 16 compreende o processo como prejudicial com o significado que deu à imagem de quando “vai criando uma *areinha* assim” (areia) em áreas de acúmulo de sedimentos, e se sente novamente ‘sem terra’ (Figura 11).

¹¹ ‘gradiar’ significa utilizar o implemento agrícola que descompacta e revolve a camada superficial no preparo convencional do solo para plantio.

¹² Outro fator apontado para as dívidas é o método de fiação coletivizada, ou seja, um assentado era fiador de outro, e assumiam o mesmo risco.

Figura 11 - Resultado de processos erosivos 'representado' por assentado como consequência do manejo.



Fonte: LICA.

Além de insucessos, algumas novidades positivas são percebidas. É com alta frequência que os assentados consideram, pelo relevo, sua nova área como melhor adaptada ao manejo com trator e implementos, para plantio direto, o que acarreta em menos trabalho braçal.

Também é considerado, por alguns assentados, que o uso de agroquímicos se expandiu consideravelmente ao longo do tempo, o que para o Entrevistado 10 representou claramente a maior contradição no processo de adaptação no assentamento, ou seja, apesar de ter a intenção de produzir soja, não o faz devido ao perigo que representa o seu manejo.

[...] naquele tempo tinha *juntas de boi*¹³, aqui ninguém usa mais, só trator, mas primeiro tinha, feito a braço, sem secante, agora é a base de secante, veneno

¹³ Dupla de bois utilizados para tração animal, em serviços como transporte ou revolvimento do solo, substituídos pela tração mecânica.

né [...] poucos que querem saber de plantar soja, é muito veneno pra produzir. A nossa ideia *lá fora* era de plantar muita soja, mas sabe que soja, assim como *ele dá*, também dá muita despesa, todo ano passar veneno 3 ou 4 vezes, faz muito mal. Então o pessoal está parando de plantar soja, estão mais com milho e vaca de leite, fizemos bastante silagem¹⁴, e a gente viu que é melhor [...] (Entrevistado 10, grifo do autor).

Quanto à percepção da paisagem pampeana, os assentados foram questionados sobre o que viam quando chegaram na área que se tornou assentamento. Algumas expressões são comuns quando se faz menção aos campos, e geralmente denotam um sentido improdutivo ao lugar, que ao seu ver se tornou produtivo com a inserção dos cultivos e demais instalações.

A significação se dá por objetivação e ancoragem. O campo é “sujo”, e são os cultivos e as práticas dos assentados que representam uma área “limpa”. O campo nativo é bruto, como se no lugar não houvesse nada útil à reprodução das famílias, e ao ser lapidado pelas suas práticas, se tornaria um espaço produtivo.

Essa lógica reflete a ideologia do movimento ‘sem terra’ sobre realizar a reforma agrária nos latifúndios improdutivos, e também a cultura camponesa da região norte do RS, suas percepções sobre a paisagem, onde plantando é que se produz. Por sua trajetória de vida desconheciam as possibilidades de uso do campo nativo, e em um primeiro olhar não o incorporaram como recurso. Algumas percepções demonstram este pensamento.

Tudo que tem aqui a gente fez, era campo nativo, bruto, plantamos árvores, tudo né (Entrevistado 03).

Era só campo, capinzal, muito alto, não tinha nada, nem árvore, nem nada, foi tudo nós que plantamos (Entrevistado 08).

Só alecrim, alecrim e vaca. Aqui onde a gente mora tinha um *alecrinzal*¹⁵ dessa altura assim olha, que nós brincava no meio, se perdia no meio do capinzal. Volta e meio nós voltava com uma *cruzeira*¹⁶ meio enrolada (risos). Aqui não tinha moradores, os únicos era uma fazenda aqui e a Jacarandá lá em baixo (Entrevista 18, grifos do autor).

¹⁴ A silagem é um meio para conservação de alimento para os bovinos, obtido pela trituração e fermentação de forragens, utilizado para complementar alimentação ou suprir escassez de outras fontes.

¹⁵ Formação arbustiva onde predomina o arbusto alecrim.

¹⁶ Espécie de serpente peçonhenta.

Aqui não tinha um pé de árvore e de fruta, tudo nós fizemos. E agora tem fruta, tem tudo. Madeira aqui não tinha, só nas bordas do rio, aí tem esses eucaliptos agora (Entrevistado 01)

[...] levou uns quatro anos pra conseguir eliminar o campo e plantar todo ele, fomos abrindo aos pouquinhos, não tinha recurso e máquina (Entrevistado 07).

Percebe-se, então, uma trajetória de mudanças e adaptação dos assentados, com substituição de elementos naturais locais pelos elementos entendidos como necessários à sua reprodução, especialmente costumes de sua região de origem, seu modo de fazer agricultura.

Ao longo do tempo, alguns elementos da origem permanecem, como a vida em comunidade, alguns cultivos, jeito de se comunicar, costumes, etc. Mas é visível, também, que outros elementos são substituídos na medida em que não se adaptam, como certas práticas de manejo, conhecimento sobre os recursos locais, o clima, regime de chuvas, entre outros.

5.3.3 Lotes individuais e experiência coletiva

O assentamento foi constituído por diferentes grupos de pessoas provenientes de acampamentos. No assentamento, a principal divisão que se deu foi entre lotes de uso coletivo e uso individual. Aqueles que optaram pelo sistema coletivo implantaram moradia fora do lote, em uma agrovila¹⁷, nas proximidades da rodovia federal. Os demais, em cada lote, instalaram-se em diferentes áreas do assentamento, próximos de estradas e não muito distantes entre si.

[...] a gente se conheceu no acampamento, esse grupo da agrovila. [...] os outros se organizaram nas divisas dos lotes, cada um no seu, mas bem perto (Entrevistado 04).

No sistema coletivo, aos moldes de diversas experiências do MST no Brasil (VAZZOLER, 2004), diversas atividades eram desenvolvidas. Entretanto, após os primeiros anos o sistema foi desfeito e toda a área coletiva foi subdividida em lotes

¹⁷ A agrovila é composta por um grupo de famílias do assentamento residentes em uma gleba coletiva, às margens da rodovia federal.

individuais. Com isso, algumas famílias continuaram morando na agrovila, e outras foram para os lotes, principalmente em lotes mais distantes.

Quando chegamos trabalhamos 11 anos em coletivo, era tudo junto, eram marcadas horas de trabalho, era pago com o dinheiro do leite, e nos dividíamos entre todas as famílias, mas depois começou a dar problema, a gente dividiu os lotes (Entrevistado 03).

O principal motivo apontado como desagregador do sistema coletivo foi a forma de divisão do trabalho e renda. Foi apontado em algumas entrevistas que era difícil fazer a distribuição das tarefas de modo equilibrado. Outro motivo apontado foi o conflito entre aqueles que pretendiam continuar a desenvolver cultivos convencionais de soja, mesmo após o endividamento, e aqueles que não pretendiam.

A partir de percepções, experiências e representações é possível questionar a estratégia adotada de uso coletivo, principalmente, pela relativa 'fraqueza' das representações nas experiências de vidas dos 'sem terra' sobre esse modelo de distribuição de terras. Conforme ressalta Martins (2003), o motivo que aglutinou a luta foi justamente a posse de 'terras'. Não fazia parte da estrutura de representações construída no histórico de vida pessoal o modelo coletivo.

Como resquício desse período, pode-se constatar algumas repercussões nas práticas das famílias. Aqueles que permaneceram na agrovila se dedicaram à produção de leite, com sala de ordenha e algumas máquinas e materiais ainda no modo de uso coletivo, mas não as terras e os lucros. Outros aspectos identificados são que esse grupo tem forte relação com o MST e a cooperativa posteriormente fundada e, ainda, que não cultivam soja.

Entretanto, ao considerar os moradores da agrovila como um grupo mais relativamente homogêneo, não se pode considerar o contrário entre os demais, ou seja, que aqueles que saíram da agrovila não tem produção de leite, não militam no MST e apenas produzem soja. Percebe-se uma maior heterogeneidade nesse segundo grupo, inclusive com famílias mais dedicadas à um modo empresarial de produção, e outras praticando diferentes estratégias, dependendo, principalmente, de necessidades e decisões individuais, sua capacidade em tomar decisões no contexto das restrições percebidas.

5.3.4 Frustrações e reprodução socioeconômica: transição para produção leiteira

Nos primeiros anos, a atividade agrícola foi voltada principalmente ao plantio de diversos cultivos para subsistência e renda. Porém, esta estratégia não se mostrou adaptada às limitações edáficas e climáticas, e muitos assentados contraíram dívidas nesse período, devido aos insucessos das colheitas. Com isso, novos conhecimentos foram incorporados ao sistema de representações, e aos poucos esse processo é mais decisivo para a perpetuação das famílias. Uma plantação mal planejada (conforme antigos conhecimentos) leva a perdas e endividamento, por isso a adaptação foi necessária, seja na substituição de certos sistemas de produção, ou de modificações pontuais.

Sim, uma época a gente não *lutava* muito com vaca e plantava, mas só *levamos lenha (risos)*. A gente colhia até 2 ou 3 mil sacos de milho, mas nunca foi lucro nenhum. Pelo contrário, era pior. Hoje em dia se tu luta com vaca, 6 ou 7 vacas, aí tira muito mais do que fazer plantação (Entrevistado 10, grifo do autor).

Os cultivos não adaptados que geraram dívidas, acarretaram em uma série de limitações nas relações sociais. A frustração impossibilitou novos empréstimos, compras a prazo nas cidades, entre outras relações que significaram perda de legitimidade social. Por outro lado, o convívio com essas restrições suscitou também a capacidade de agente em buscar autonomia, o que será discutido no processo de criação de uma cooperativa regional dos assentados.

É citada frequentemente a condição dos agricultores assentados em relação às pressões do mercado, de altos custos de produção na aquisição de insumos e baixa remuneração na comercialização da produção. Esse processo representa a tendência natural da agricultura industrial, em lucrar sobre o trabalho dos camponeses, ao inseri-los como parte da cadeia produtiva. Este é um ambiente de expressão da condição camponesa “um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações.” (PLOEG, 2008, p. 40).

É por esta condição que algumas percepções, relatadas em entrevistas, demonstram a necessidade por busca de autonomia para sobrevivência e distanciamento deste modelo. A capacidade de agente na percepção dessas debilidades e na busca de soluções é característica da condição camponesa. O valor agregado da base de recursos é mencionado como estratégico para reduzir as relações de dependência.

[...] desde pequeno que me compreendi por gente, fui *colono*, e sempre plantando de tudo, tem que ser. Colono tem que plantar de tudo, uma horta boa, tem que ter, mandioca, batata, de tudo, desde pipoca e tudo né, pra não ter que comprar a banha, o milho, pra engordar porco pra carne, tem que ter, pra diminuir o gasto [...] Nós compramos (*ração*), mas se vai comprar o *suficiente* é muito caro, pelo preço do leite a ração está muito cara, daí tem que ter umas coisas que se produz mesmo da lavoura, da terra, daí diminui o gasto, se tu vai comprar ração, *homem do céu!* não sobra nada. [...] é melhor tu pegar e engordar um porco, vender a carne e a banha, do que vender o milho (Entrevistado 11, grifos do autor).

Uma estratégia melhor adaptada se fortaleceu e deu conta de amenizar os riscos da dependência dos plantios anuais. O manejo de vacas para produção de leite, associado ao plantio de milho para alimentação dos animais, além da produção diversificada para subsistência, se tornou o principal sistema produtivo do assentamento. No momento da pesquisa, 17 famílias (85%) aplicavam esta prática, de diferentes formas em termos de estrutura e manejo, mas alegando o mesmo princípio de que a renda gerada é mensal e garantida.

Apesar de variações na quantidade de leite produzida e no preço pago ao longo do ano, o leite é considerado uma fonte de renda segura e mensal para sobrevivência. Com essa renda são pagas as contas, as compras mensais e são supridas emergências, o que garante uma maior estabilidade nas relações econômicas.

A produção de leite se estabilizou no assentamento pela adaptação (ainda que parcial) às limitações do lote e de necessidades das famílias. Parcial, pois apesar de depender menos de variações do mercado e do clima, ainda não o faz de uma forma compatível com as aptidões edáficas, ou seja, os cultivos são anuais e frequentemente com revolvimento do solo.

O milho, como recurso local, representa um elemento fundamental para redução na dependência de insumos externos. Mesmo considerando os custos de sementes e

adubação na produção, ao produzir esse recurso e utilizá-lo para alimentação dos animais, é menor o custo geral da produção animal na propriedade. As pastagens, manchas com vegetação alta e a água são outros ativos importantes para a produção de leite.

O milho a gente não vende, acaba consumindo dentro da propriedade, é porco, galinha, vaca, e o leite a gente entrega pra Coperforte (Entrevistado 05).

Ao ser analisada como parte de um processo inicial de adaptação, a produção de leite representa um avanço qualitativo significativo para a sobrevivência e o reforço da condição camponesa. Este processo representa a luta por autonomia no contexto das restrições, a capacidade de agente na busca de soluções que gerem menor dependência e a reprodução no meio rural. A reação ao endividamento foi a busca de formas para superar esse problema e aumentar a autonomia.

A sobrevivência, no contexto das relações com o mercado, e a possibilidade de reprodução socioeconômica, a partir do uso parcial de pacotes tecnológicos empresariais, predominam na lógica das decisões tomadas pelas famílias. Estas buscam graus de liberdade em relação à dependência desse modelo de agricultura industrial.

Em uma análise conjunta das dimensões da condição camponesa, entende-se que, no caso estudado, a produção leiteira é a principal representação da condição camponesa, pois expressa de modo integrado diversas características do campesinato, conforme a definição ampla de Ploeg (2008, p. 40).

- a) A “luta por autonomia” é um processo que ocorreu com a adaptação para um sistema produtivo com renda segura e mensal, em contraponto à dependência única de colheitas sazonais;
- b) O contexto do assentamento e do “ser assentado” é caracterizado por “relações de dependência, marginalização e privações”, devido às dívidas, resistência da sociedade local, precariedade de políticas públicas, restrições ambientais e pressões do modelo de agricultura;
- c) A condição não é apenas voltada ao lucro, mas, principalmente, para melhoria das condições de vida, o que passa pela “criação e

desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerencida”, através de aquisição de rebanho e infraestrutura, que interagem no agroecossistema através de “formas de co-produção entre o homem e a natureza viva” através do manejo das pastagens, diferentes áreas do lote, água, manchas com vegetação alta, produção de subsistência.

Entretanto, apesar dos avanços, as análises técnicas demonstram que esse modelo é intensivo e não compatível com a aptidão local ambiental. Portanto, para manter o aumento de autonomia, através dos recursos locais, são necessárias medidas em uma perspectiva da transição agroecológica. Índícios desse processo e, também, do contrário, serão apontados no capítulo seguinte.

5.3.5 Percepções e ações sobre a degradação/conservação do solo

As principais limitações ligadas aos sistemas de produção, adotados no assentamento, estão ligadas à intensidade do manejo, tanto de pressão de pastejo como de cultivos com periodicidade sazonal. O manejo de gado leiteiro é praticado, em ampla maioria, com pastagens cultivadas em manejo convencional do solo e com uma alta quantidade de animais por hectare. A produção de milho e de soja é praticada ora em plantio direto ora em convencional, mas sempre anual e acompanhado do pacote agroquímico de fertilizantes e agrotóxicos.

Nesse contexto, parte-se para uma análise exploratória das percepções dos assentados quanto à condição de manejo imposta por suas práticas.

Devido à limitação do tamanho do lote, no contexto da necessidade de renda para reprodução socioeconômica e do modelo de produção adotado, foi relatado que não é aplicada a prática de rotação de culturas com áreas de pousio, pois seria uma redução significativa na renda deixar de utilizar uma parte do lote a cada ano.

Nossa maior produção é de leite hoje, mas o lote é insuficiente, se quer fazer outros manejos não tem muita opção, tira uma e já tem que fazer outra. Então até se estava pensando que o INCRA teria que pensar diferente. Temos que plantar quase de tudo, mas assim não tem muita alternativa nessa quantidade de terra. [...] assim não tem como dar descanso para o solo (Entrevistado 04).

[...] tu não pode *gradiar*, se nós conseguisse como nós tivemos aula, veio o André da universidade de Porto Alegre, ele disse que na verdade tinha que ter mais terra, que enquanto tu plantasse uma parte a outra tu fazia uma cobertura de solo e deixava. Como nós temos pouco, nós não temos pra deixar essa cobertura, pra ficar engordando a terra. Ela fica lavando, daí ela é muito usada, muito utilizada, ela vai enfraquecendo (Entrevistado 10, grifo do autor).

É coerente a crítica ao modelo intensivo de agricultura proposto para a sobrevivência das famílias, na medida em que não se conserva o bioma, nem se garante uma conservação dos recursos dos camponeses em longo prazo. Nessa orientação a suplementação com fertilizantes é prática comum, percebida como necessária e crescente ao longo do tempo.

Na percepção da maioria dos assentados a terra diminuiu sua capacidade de produção e a complementação é sempre necessária, ou seja, esse tipo de adubação já é uma prática familiar no contexto das representações. Isso representa crescentes custos na produção, que já são considerados implícitos, e a redução de parte significativa da base de recursos, conseqüentemente da autonomia. Nesse processo ganha evidência o modelo industrial de agricultura, a partir da integração à cadeia de insumos com a dependência dos pacotes agroquímicos.

[...] enfraquece rápido essa terra, de um ano pro outro dá diferença, cai lá em baixo a produção. A gente busca sempre manter cobertura e coisa assim pra não dar erosão. Por enquanto está se mantendo, desde que chegamos. Pra frente aí depende de nós (Entrevistado 07).

[...] sem adubo nunca plantamos, sempre botando (Entrevistado 06).

As vezes eu olho aqui, as pastagens boas, tem pastagem boa a terra está boa (Entrevistado 17).

Essa perda de autonomia, que não é percebida por todos, em certos casos ativa processos de resistência e a capacidade de mudança. Percebeu-se nas entrevistas a iniciativa de utilizar algumas práticas conservacionistas, principalmente de pastagens com espécies de ciclos longos (perenes), a fim de revolver menos vezes o solo com novos plantios. Em um dos lotes foi relatado o uso da prática de manejo Pastoreio Racional *Voisin* (PRV), acompanhada por técnico agrícola membro da família.

Se forem adotadas por todos, as práticas conservacionistas (em um princípio de transição agroecológica) podem conduzir a um amplo aumento de autonomia através

do desenvolvimento de uma base de recursos em co-produção. O controle de pastagens, quando deixa de ser anual e passa a ciclos mais longos, representa um maior controle local e redução de dependência de aquisição de sementes e manejo de máquinas.

Portanto, o investimento de recursos em pastagem perene acarreta em um 'bem', que é a biomassa como alimento, e também um 'serviço', que é a presença contínua de cobertura do solo sem necessidade de novos manejos sazonais e maior controle da erosão. Esse processo reproduz novos recursos, que podem ser novamente reinvestidos na base de recursos. E o reinvestimento não será necessariamente em pastagens, podendo ser em animais, culturas, instalações, infraestrutura, máquinas, itens para maior conforto, etc.

Essa mudança no manejo é orientada pela assessoria técnica (COPTec, 2009) e cooperativa, e já é percebida por parte dos assentados como necessária para conservação do solo e também para sua sobrevivência na relação com a terra, apesar de ainda não ser praticada por todos eles ou ser entendida em seus diferentes níveis de complexidade. Também, alguns projetos de extensão de universidades já atuaram e foram mencionados na relação com o tema meio ambiente e conservação dos recursos naturais.

As relações sociais entre diferentes atores do espaço rural e as experiências dos assentados, contribuem para ancoragem de novas representações sobre o manejo dos recursos naturais. A degradação, por meio de práticas que sempre garantiram a reprodução no passado, são gradualmente entendidas por outra perspectiva, que pode inviabilizar a reprodução no futuro.

O nosso assentamento é um assentamento bom, o lugar, terra é boa, só que ainda tem uma parte que não aprendeu cuidar da terra, e não faz o mínimo de esforço pra que aprenda a cuidar da terra, na questão de agrotóxico, banhado que não preservam. Eu sou bem franca a falar, eu sou totalmente contra o plantio de soja [...] (Entrevistada 05).

[...] vai depender tudo de o que vão fazer, se é nesse plantio direto, cobertura de solo, só que acho que é muito agrotóxico nessas terras (Entrevistado 09).

A gente está começando plantar mais grama, que daí não precisa mexer a terra todo ano. Vem muito projeto pra plantar grama, da cooperativa de leite, eles mesmo incentivam plantar pra não mexer com a terra todo ano né (Entrevistado 20).

Na medida em que tomam forma novas representações, a tendência é de adaptação às restrições ao longo do tempo. Entretanto, apesar da adaptação e aumento de autonomia, ainda é significativa a dependência de recursos externos a partir da aplicação de um modelo de pecuária leiteira integrado a uma parcela do mercado de insumos. Deve-se considerar que ainda são necessários novos processos de adaptação, principalmente quanto ao potencial das características do bioma Pampa para a pecuária familiar.

5.3.6 A Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste (Coperforte)

A mudança no enfoque produtivo de muitos assentados, de cultivo de grãos para produção de leite, gerou necessidade de organização para escoamento da produção. Essa tendência não é só de um assentamento, mas integrada a outras iniciativas nos assentamentos de Santana do Livramento e de outros municípios.

Foi com o objetivo de organizar a coleta e comercialização que a Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste Ltda. (Coperforte) foi fundada em outubro de 2002. Inicialmente, foram 35 sócios que se organizaram, com uma produção média total de 35 mil litros mensais.

A partir das frustrações anteriores na relação com o mercado, os assentados buscam margens de autonomia. A condição camponesa pressupõe comercialização e relações com o mercado, mas com a devida precaução. Cooperação é uma ação que demonstra esse processo, a partir da capacidade de agente em se organizar e buscar maior autonomia para se relacionar com o mercado.

Ao longo de sua expansão, a cooperativa também viabilizou a articulação de políticas públicas de aquisição de alimentos. Também executou uma função importante no contexto do endividamento dos agricultores, pois efetua empréstimos e desconta o valor na produção da família, ou seja, ocupa a função do Estado ao invés de apenas aguardar pela renegociação das dívidas. Foram relatados, também, os incentivos no plantio de pastagens perenes, engajamento no arranjo produtivo local do leite,

contratação de veterinário e um centro de recria para uso cooperativo com animais dos assentados.

Ainda é necessário aprofundar os estudos sobre a atuação e dinâmica desta cooperativa na região. Entretanto, é apontada pelos assentados a função que já cumpriu no processo de adaptação e sobrevivência.

5.3.7 Caracterização das fontes de renda

A renda e a forma como é alcançada são um importante elemento para análise da condição camponesa. A relação com a comercialização por meio de mercadorias adquiridas via mercado ou de não-mercadorias inseridas no processo de produção por meio da base de recursos, em diferentes níveis, influenciam o que é necessário acumular para o alcance das condições de vida.

Na análise das características da produção no assentamento pode-se considerar que existe diversificação nos cultivos, principalmente de subsistência, mas a diversificação nas fontes de renda de cada família, individualmente, ainda é baixa.

A renda principal é proveniente da produção de leite ou de soja, e os esforços são concentrados para estes produtos. Foi relatada como renda complementar, e na maioria dos casos bastante pontual, a comercialização de pães, doces e salgados, e de excedentes de cultivos de subsistência (hortaliças, frutos, milho, carne, banha, queijo, etc.). Estes são direcionados à venda direta em mercados locais (feiras e clientes fixos) ou na participação em políticas de aquisição de alimentos através da cooperativa (PAA e PNAE).

Rendas não agrícolas são pouco frequentes, e ligadas ao trabalho fora do lote, que se dá com ou sem carteira de trabalho assinada. Nos casos com carteira assinada, se dá na prestação de serviços técnicos ou docência, e sem carteira assinada, em trabalho diarista ou de colheitas em temporadas específicas¹⁸. Outra renda não agrícola são as aposentadorias.

A renda média das famílias entrevistadas é de 0,94 salários per capita, próximo ao nível de salário mínimo. Apesar disso, algumas famílias têm uma renda média

¹⁸ Essa prática era realizada com maior frequência nos primeiros anos no assentamento. Atualmente apenas os filhos eventualmente praticam esses trabalhos.

inferior a 0,5 salários, o que se agrava conforme o tamanho maior da família e da menor quantidade de pessoas economicamente ativas. A quantidade média de moradores por lote é de três pessoas, com uma amplitude de no mínimo um e máximo de seis pessoas. A média de população economicamente ativa¹⁹ é de 2,25 indivíduos por família. Entretanto, o tamanho das famílias é maior, pois é comum a saída de filhos para cursar ensino superior ou técnico em outros municípios.

A partir da condição analisada e do processo de adaptação, apesar das restrições, a permanência no assentamento ao longo do tempo foi alcançada pela maioria. Entre os entrevistados, 80% se instalaram ainda na implantação, 15% chegaram 2 a 3 anos após, e apenas 5% nos últimos 5 anos. Este é considerado um baixo índice de evasão, sendo que na Metade Sul a média é de 30%, alcançando até 40% em certas localidades (MELLO, 2006).

Como fonte de renda principal, apenas 15% não implantaram o sistema de produção milho e leite, analisado aqui como resultado de adaptação às restrições. A outra forma de renda principal é o plantio de soja, seja como única produção ou como complementação à produção leiteira. Entre as entrevistadas, sete famílias praticam este sistema (35%) e 3 tem este como renda principal (15%).

Essa variabilidade revela como diferentes formas de fazer agricultura são implantadas no assentamento. Uma análise da heterogeneidade é apresentada na seção seguinte.

5.3.8 Heterogeneidade da condição camponesa

Foi demonstrado neste trabalho que, ao longo do processo de fixação das famílias no assentamento, ocorreu uma transição para a produção de leite bovino, como fonte de renda principal, em 85% dos casos. Esse processo significou maior autonomia no contexto das restrições analisadas.

Entretanto, no universo das vinte famílias participantes da pesquisa, a produção de leite, isoladamente, não é a única lógica produtiva tomada para construir autonomia

¹⁹ Consideram-se como economicamente ativos indivíduos desde os 10 anos de idade até depois de aposentados, caso declararem ainda realizar atividades, conforme IBGE (2014).

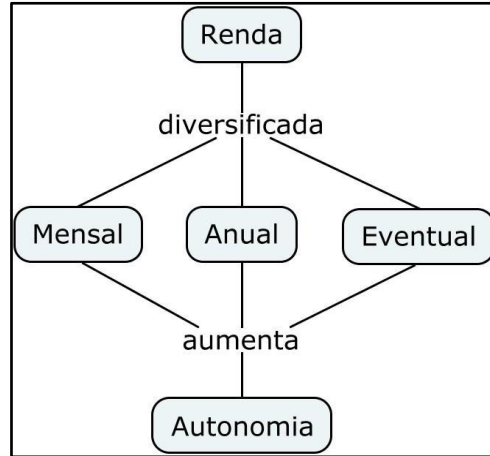
e progresso frente ao contexto de limitações ambientais, sociais e econômicas no assentamento.

A produção de soja, como cultivo anual, tem algumas considerações relevantes a serem tomadas, no contexto da condição camponesa. Sua produção é mobilizadora de relevante quantidade de recursos externos: sementes, fertilizantes, agrotóxicos, maquinário, combustíveis e custos de deslocamento. Percebe-se que não só são externos, como também pouco ou nada agregam à base de recursos, a não ser em mercadorias adquiridas com os lucros. A imprevisibilidade é outro fator de risco, pela dependência, tanto de condições ambientais favoráveis (temperatura e regime de chuvas), como também do mercado (preços de insumos e valor de comercialização do grão).

Entretanto, este cultivo é integrado à lógica de produção das famílias de formas diferentes. Apesar de ter todas as características de uma lógica empresarial, pois praticamente todos os recursos são mobilizados via mercado (exceto trabalho), em determinados casos é entendida como importante fonte de renda anual, como um acréscimo além da produção de leite.

Nesse contexto, a renda tem diferentes periodicidades e funções: o leite contribui de forma mensal nas despesas da família, rendas eventuais provêm da venda de excedentes de cultivos de subsistência, e a soja é renda anual, utilizada para pagamento de dívidas e melhorias na casa, propriedade e condições em geral da família. Na figura 12 exemplifica-se esse entendimento das diferentes periodicidades da renda.

Figura 12 - Periodicidades da renda e relação com aumento de autonomia.



Fonte: Autor.

Portanto, apesar de parecer contraditório na perspectiva das dimensões da sustentabilidade, a forma como é incorporada a produção de soja na lógica familiar pode representar um relativo aumento de autonomia. A necessidade de quitar dívidas, alimentar e dar condições à família em curto prazo, e produzir em pequenos lotes, ao serem tomadas como um conjunto de restrições, justificam a produção de risco.

A ausência de restrições que justificam uma decisão desse tipo descaracterizaria uma condição camponesa. Significaria direcionar a produção ao modelo empresarial e lucro, e não mais à melhoria das condições de vida da família.

Entretanto, como já sucedeu em anos anteriores, uma frustração pode gerar um novo período de endividamento. Cada família nesse sentido toma as decisões a partir de sua percepção de riscos, autonomia e reprodução.

[...] se fosse lidar só com lavoura não chegaria pela renda uma vez por ano só, teria que plantar bem mais. Só que os lotes são assim, não tem condição de ter outro, tem que ir levando com leite e lavoura, milho pra silagem e um pouco pra colher, e um pouco de soja. [...] Principal renda é leite, plantamos um pedaço de soja todos anos, que é o que a gente está conseguindo pagar o banco, a lavoura de soja [...] mensal a gente vai passando com o leite, é luz, é rancho, é roupa, calçado, e daí vai levando, e a pastagem das vacas sempre tem que fazer, inverno e verão. Mandioca, batata, moranga, abóbora, daí eu crio galinha, porcos, tem ovos pro gasto, carne, pra não precisar ir ao mercado comprar. Se for comprar tudo faz a diferença (Entrevistada 06).

O leite principal, milho para alimentar os animais, e o resto para consumo (Entrevistado 08).

Leite é a renda principal, mas o que a gente vende pro *fome zero*²⁰ é o milho verde e outros produtos quando sobra, mas a maioria é para consumo batata, feijão, essas coisas mais para consumo, também porco, gado, galinha, ovos, isso a gente nunca compra. E sempre tem uma sobra que vende. (Entrevista 9)

[...] meu marido tem muita vontade de plantar de novo. Mas não é *certo* né?! Porque leite é certinho. Todo o mês cai (*na conta bancária*) (Entrevistado 15, grifo do autor)

É uma renda mensal tu tira 200, 500 ou 1000 é uma renda, se tu não tem muito gasto e controlar tu vive, se mantém, não sobra nada, mas da pra viver descansado, tem ovos, tem a carne, tem a banha crioula, teu básico da casa tu já tem, não precisa depender (Entrevistado 16).

Soja eu não lido por causa de máquina e custo, mas pro pessoal aí deu certo, mas é caro, daí eu planto milho e pastagem para as vacas, leite (Entrevistado 07).

Isso significa que o olhar sobre a condição camponesa deve se deter à racionalidade das famílias na forma como tomam decisões para a sobrevivência. Cultivar soja, mesmo permeado por riscos, no entendimento da família pode vir a somar na base de recursos, condições de vida e autonomia, quando auxilia pagar dívidas e estruturar a propriedade.

Poderia também ser considerado que não plantar soja é uma opção ideológica ligada aos movimentos sociais que questionam o modelo do agronegócio. Admite-se essa possibilidade, constatada em alguns casos. No entanto, identificou-se casos em que havia produção de soja e a família se considera ativa na militância do MST. Em outros casos não há produção de soja e a família não participa mais de ações do MST.

Esses fatores que poderiam ser considerados contraditórios sob certos argumentos, não explicam suficientemente a racionalidade camponesa. Os princípios são a sobrevivência, autonomia e progresso, que tem significância superior a outras variáveis e podem ser alcançados de diferentes formas e em diferentes momentos no processo de recampesinização.

²⁰ Como são denominados por diversos assentados os programas de aquisição direta de alimentos da agricultura familiar para abastecimento de demandas institucionais, como de cestas básicas do Programa Fome Zero, pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

5.4 Índícios de recampesinização em três fases principais

A partir de uma análise exploratória da condição camponesa, descrita nos capítulos anteriores, entende-se que há indícios de processos de recampesinização no assentamento estudado. Na trajetória entre o início do assentamento até o presente, uma série de relações sociais e experiências conduziram a diferentes estratégias de adaptação, permeadas de contradições, continuidades e descontinuidades. A essência do modo camponês nas representações sociais trazidas da região de origem foi mantida, mas para reprodução social, novos conhecimentos foram e ainda serão familiarizados.

Com o objetivo de sintetizar os principais indícios do processo de recampesinização, foi tomado como base o modelo de 'fluxos básicos da agricultura'²¹ (PLOEG, 2008, p. 45), que foi adaptado à realidade social do assentamento a partir das informações coletadas.

5.4.1 Primeira fase

Em uma primeira fase, as características mais relevantes dos fluxos representam a tentativa de manter os principais cultivos da região de origem. Ao longo dos primeiros anos incorporaram novos elementos em uma lógica dependente de relações desvantajosas com o mercado (na perspectiva da autonomia). Apesar de retomar a posse da terra, entendida como recurso principal para a reprodução socioeconômica, os fluxos de produção no agroecossistema não reforçaram a autonomia.

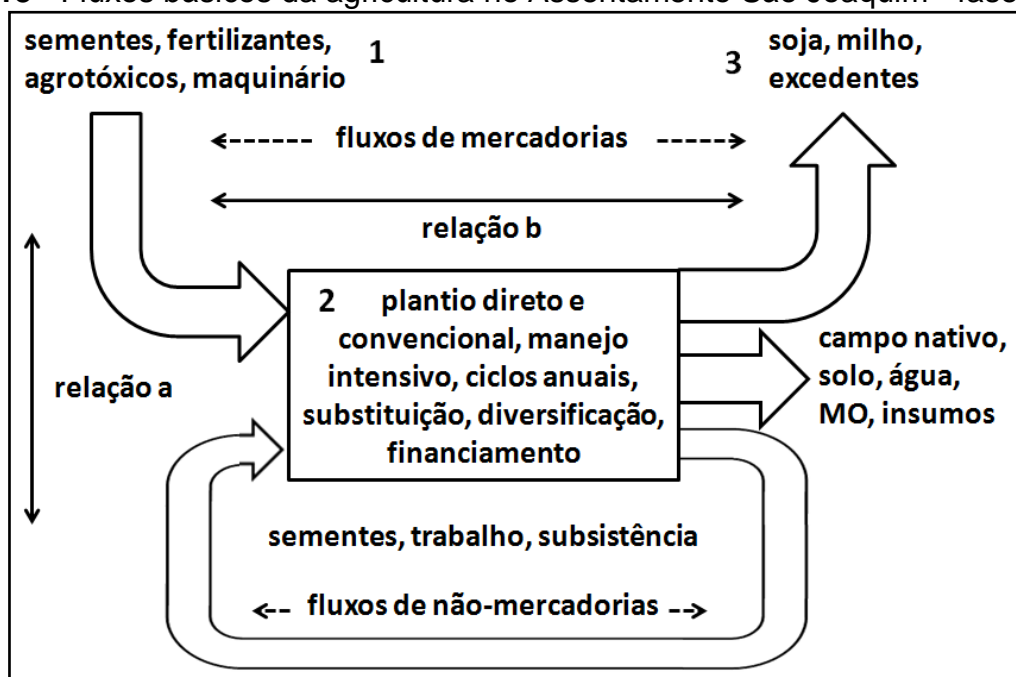
Os fluxos mais relevantes foram os de entrada de insumos e mercadorias viabilizados por mercados, através de financiamentos. As práticas agrícolas eram intensivas e substituíram a cobertura vegetal. Houve significativas perdas na base de recursos, solo e matéria orgânica (MO) foram erodidos, os insumos químicos lixiviados, o campo nativo, quando presente, substituído, e a capacidade de retenção de água com isso também caiu. Os fluxos de não-mercadorias foram pouco significativos para um fortalecimento, ou seja, poucos recursos são incorporados na base local.

²¹ Discutido no referencial teórico desse trabalho, na seção 1.3.

Permanecem sementes, alimentos para subsistência e o trabalho. Isso reflete as características das culturas cultivadas, onde o aumento de escala comercializada condiciona o lucro.

Com essa estratégia, as relações com o mercado permitem pouco controle, os agricultores ficam muito expostos à cadeia produtiva, espremidos pelo *squeeze* da agricultura industrial. Foi nesse período que os assentados contraíram as maiores dívidas devido a períodos de estiagem e o modelo de financiamento coletivizado.

Figura 13 - Fluxos básicos da agricultura no Assentamento São Joaquim - fase 1.



Fonte: Modelo adaptado de Ploeg (2008) e elaborado pelo autor com base na pesquisa exploratória realizada no Assentamento São Joaquim.

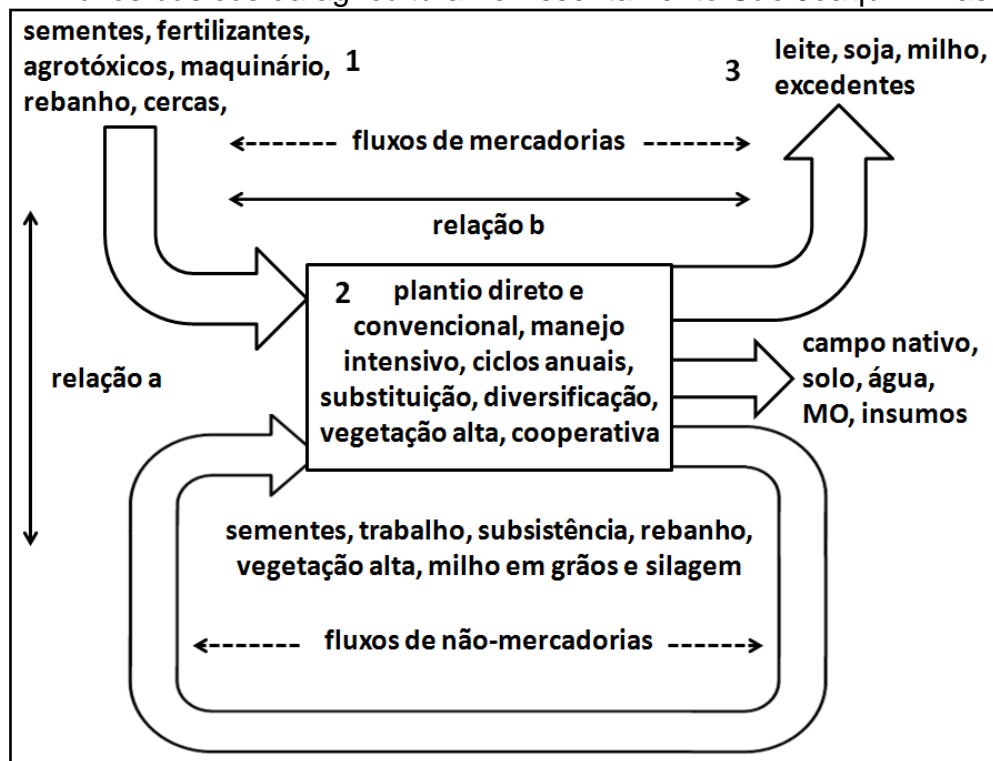
5.4.2 Segunda fase

A partir das frustrações dos primeiros ciclos se mantiveram alguns elementos e outros foram incorporados, mas a principal diferença consiste na forma diferente em que estes passaram a se relacionar com os fluxos. O principal indício de uma maior autonomia foi o reforço da base de recursos e menor dependência de variações, a partir da produção de leite com a inserção ou aumento do rebanho de gado bovino.

Apesar de manter a forte dependência de insumos externos, as relações 'a' e 'b' foram estendidas, pois a produção se viabilizou, não apenas pelas mercadorias, mas também, e crescentemente, pelas não-mercadorias, a base de recursos. O milho e as pastagens são representativos dessa lógica. O rebanho adquirido permanecia na propriedade e se reproduzia. O leite foi comercializado via cooperativa.

Uma significativa mudança nos fluxos é ativada a partir dessa perspectiva e a autonomia é maior, mesmo que as relações externas e perdas ainda sejam significativas.

Figura 14 - Fluxos básicos da agricultura no Assentamento São Joaquim - fase 2.



Fonte: Modelo adaptado de Ploeg (2008) e elaborado pelo autor com base na pesquisa exploratória realizada no Assentamento São Joaquim.

5.4.3 Terceira fase

A terceira fase desse processo também representa aumento de autonomia e indícios de recampesinização, mas é a mais incipiente e heterogênea, menos consolidada. O que a diferencia da segunda fase é uma tomada maior de consciência

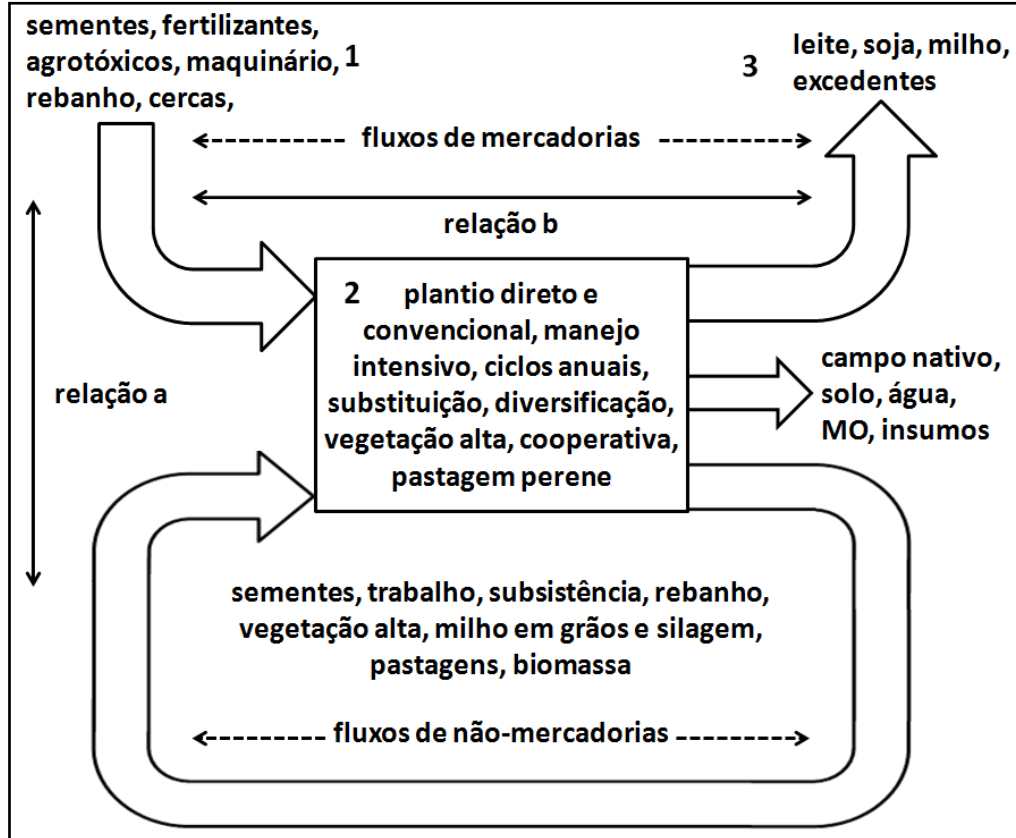
sobre a perda de capital natural, e consequente ativação de políticas, pensamentos e atitudes, por diferentes atores em diferentes níveis e escalas, para contornar a restrição.

Tanto a cooperativa de comercialização, projetos de universidades, como também a assessoria técnica, apontam para orientação e incentivo de práticas conservacionistas do solo na atividade agropecuária. É incentivado o uso de pastagens de ciclos longos em substituição aos cultivos sazonais.

Mesmo assim, tanto a percepção quanto a orientação são diferentemente manifestados. Enquanto boa parte apresenta noções sobre degradação do solo e práticas conservacionistas, nem todos desse grupo aplicam essas práticas.

Na medida em que as práticas conservacionistas forem adotadas, representarão menor perda de recursos naturais, incremento significativo na base de recursos, menor dependência de insumos externos e distanciamento das relações 'a' e 'b', o que gera maior valor agregado. A relação com o mercado ficará mais distante, ou seja, a autonomia será gradualmente maior.

Figura 15 - Fluxos básicos da agricultura no Assentamento São Joaquim - fase 3.



Fonte: Modelo adaptado de Ploeg (2008) e elaborado pelo autor com base na pesquisa exploratória realizada no Assentamento São Joaquim.

5.5 Potencialidades e dificuldades para o desenvolvimento rural sustentável

Na análise da condição camponesa foram identificados avanços em certas dimensões, principalmente pela produção de leite. Este capítulo é dedicado a pontuar as principais potencialidades e dificuldades, sob um olhar geral e qualitativo, no contexto de indicadores do desenvolvimento rural sustentável (COSTABEBER; CAPORAL, 2002). Costabeber e Caporal (2002) apontam que a análise das múltiplas dimensões da sustentabilidade auxilia na identificação de metas a serem atingidas para um desenvolvimento sustentável e durável.

Acerca da dimensão ecológica, considerando principalmente o manejo e intensidade de produção, faz-se uma síntese de impactos prejudiciais e benéficos através de resultados da análise do uso e cobertura do solo (bem como de sua aptidão), entrevistas e observações *in loco*. São considerados prejudiciais: a)

substituição da cobertura natural campestre por cultivos sazonais; b) manejo convencional do solo; c) alta taxa de lotação por hectare; d) incompatibilidade de práticas com a aptidão local do solo; e e) uso de agrotóxicos e adubação química. Os principais aspectos positivos são: a) gradual implementação de cultivos e práticas melhor adaptados; e b) reutilização de materiais e energia dentro do agroecossistema (produção leiteira e subsistência).

Na dimensão social, com resultados de entrevistas e análise documental, são pertinentes os seguintes apontamentos acerca de limites e/ou impactos prejudiciais sobre a qualidade de vida e reprodução social: a) parte das famílias com renda bastante inferior ao salário mínimo; b) contato com insumos tóxicos; c) água para consumo de qualidade desconhecida; d) deficiências na rede elétrica; e) precariedade das estradas vicinais; f) ausência de coleta de lixo convencional e de embalagens de agrotóxicos; g) serviços básicos de saúde distantes e unidades móveis pouco frequentes no assentamento; h) distância de centros urbanos; i) distância de escolas, principalmente ensino médio; j) ausência de fossa séptica; k) dificuldades para sucessão familiar; e l) limitações da assessoria técnica.

Acerca da dimensão econômica, fazem-se as seguintes considerações ao analisar as relações econômicas estabelecidas no assentamento: a) dependência de insumos externos; b) produção sujeita a variações anuais de preços; c) perda de capital natural; e d) insuficiente autonomia na comercialização. Como enfrentamento desses fatores prejudiciais, a produção de leite e a cooperativa representam ganho significativo de autonomia ao longo do tempo.

Na dimensão cultural, considera-se que: a) resistência ainda existente da população regional com os assentados; b) adaptação parcial da cultura 'colonial' do norte do RS com as características do bioma Pampa. Por outro lado, entre os 31 assentamentos do município e também com os demais da região, percebe-se o fortalecimento de redes. São frequentes encontros, principalmente os ligados à política, religião e prática de esportes, como o campeonato de futebol da reforma agrária e a utilização de centros comunitários nos assentamentos. Também na cidade é necessário considerar que apesar da resistência, são muitas as relações positivas e de confiança atualmente estabelecidas.

Na dimensão política, as principais tendências negativas identificadas foram: a) enfraquecimento do MST; b) individualismo; e c) necessidade de espaços de participação na política do município.

A dimensão ética está ligada a todas as anteriores. Na medida em que a condição camponesa representa uma relação intensa com a agricultura, que não é apenas voltada ao lucro, as bases estão lançadas para que se fortaleça a cidadania e a dignidade social.

Políticas públicas são necessárias para promover uma melhoria geral nas condições de vida, principalmente na dimensão social e na ecológica. Alguns resultados de políticas anteriores se efetivaram, mas os aspectos apontados evidenciam diversas necessidades ainda não supridas.

Sob o ponto de vista da sustentabilidade, estes indicadores demonstram obstáculos inerentes ao processo de consolidação do assentamento. Há um alcance incompleto das dimensões, mas em processo de melhoria em relação a fases anteriores da formação do assentamento.

Para uma perspectiva durável da produção leiteira em efetiva recampesinização, o assentamento necessita reduzir consideravelmente a dependência de modelos exógenos de pecuária familiar. A partir da transição agroecológica é necessário incorporar as potencialidades do bioma aliadas ao desenvolvimento. Nesse sentido, o contexto de restrições da aptidão de uso das terras pode ser o principal limitante ou o principal potencial, dependendo das estratégias adotadas.

Entretanto, o contexto restritivo do tamanho dos lotes é um limite mais significativo no contexto da reprodução socioeconômica das famílias e da conservação dos recursos naturais. Por isso fazem-se necessárias adequações na política de assentamentos nessa região, tanto para os assentamentos já implantados, como para os próximos.

Na implementação de modelos baseados no potencial endógeno, em específico a pecuária familiar no bioma Pampa, o tamanho de novos lotes a serem distribuídos deve ser repensado, visto que esse modo de uso é caracterizado por propriedades de até aproximadamente 300 hectares no bioma. Nos assentamentos existentes, uma atenção especial deve ser dada no sentido de reforçar políticas públicas de incentivo,

para ampliação do uso de práticas conservacionistas e reforço da base local de recursos, mantendo o progresso já existente no aumento de autonomia e reduzindo a perda de capital natural.

Outra importante limitação é a dificuldade para sucessão familiar, que pode acarretar em futuros abandonos de lotes do assentamento e êxodo dos jovens. Sem as devidas condições de qualidade de vida e perspectivas de reprodução socioeconômica, os jovens não permanecerão no assentamento.

Nesse sentido de restrições para a autonomia e sustentabilidade coloca-se o papel central das políticas públicas. A responsabilidade dos órgãos públicos, envolvidos com a implementação da política de assentamentos, é de que as famílias possam permanecer e se reproduzir com qualidade de vida e sustentabilidade em suas terras. Uma política que implanta assentamentos e distribui terras a partir de pressões sociais, sem fornecer as devidas condições básicas para permanência, se caracteriza mais como 'mitigação social' do que efetivamente 'reforma agrária'.

5.6 Contribuições e sugestões da pesquisa exploratória

A partir do que foi analisado sob a perspectiva da pesquisa exploratória, são pertinentes algumas considerações obtidas com as análises no trabalho, a fim de lançar contribuições para futuros estudos.

A análise da condição camponesa neste trabalho teve algumas limitações na coleta de dados, o que inviabilizou análises comparativas. Para análises comparativas será necessário aprimorar a coleta de dados e incorporar novas variáveis, principalmente quantitativas.

Quanto ao aperfeiçoamento de análises quantitativas, sugere-se especial atenção à quantificação do processo produtivo, representado neste trabalho através do modelo de fluxos básicos da agricultura (PLOEG, 2008).

Para análise da relação entre autonomia e dependência, além da heterogeneidade, será revelador quantificar adequadamente os fluxos presentes nas relações com o mercado, no autoabastecimento e na base de recursos. Dados quantitativos poderão ser obtidos através de fontes secundárias, como o Sistema

Integrado de Gestão Rural (SIGRA) do programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) do INCRA.

Referente à análise das dimensões da sustentabilidade, o trabalho contribuiu para identificação de alguns indicadores para análises comparativas.

Considera-se ainda que para abranger as mais diversas situações de uso e cobertura do solo, é necessário maior planejamento das análises na fase de verificação *in loco* a partir das fontes secundárias acessadas (INCRA e COPTec).

6 Considerações finais

A perspectiva de pesquisa qualitativa e exploratória, usada nesta pesquisa, cumpriu sua função, ao esclarecer aspectos da condição camponesa e sustentabilidade no assentamento São Joaquim, em específico, e da política de assentamentos no contexto do bioma Pampa e da Metade Sul, de modo geral, além de apontar tendências para novos trabalhos. No contexto quantitativo, a pesquisa careceu do levantamento de algumas informações que poderiam corroborar com os resultados. Esta atenção será maior em trabalhos futuros, onde problemáticas específicas poderão ser analisadas a partir das recomendações desta e de outras publicações.

Ao tomar os principais apontamentos do referencial teórico desse trabalho, considera-se que, o bioma Pampa, no contexto da Metade Sul, sofre significativas perdas em área com cobertura original nas últimas décadas, muito em função de estratégias exógenas e, também, ineficazes para combater os baixos índices de desenvolvimento regional (ETGES, 2010). Os assentamentos rurais nesta região, para que promovam desenvolvimento, não podem se constituir em mais um fator a dar continuidade a este processo.

Quanto ao significado do cumprimento da Função Social da Terra, na Constituição Federal (BRASIL, 1988), percebe-se que para seu alcance é necessário contemplar de forma conjunta dimensões da sustentabilidade no uso das propriedades. Ao analisar a operacionalização da lei, na possibilidade de desapropriação apenas de terras improdutivas, não há cumprimento efetivo da função das terras para a sociedade.

A partir dos indícios da condição camponesa identificados no Assentamento São Joaquim, identificou-se um processo de recampesinização, tomando como referência o início até a situação atual do assentamento, a partir das representações e práticas da maior parte dos assentados.

Ao longo do processo de adaptação ao novo contexto de vida no assentamento, os assentados familiarizaram uma série de representações. Estas foram necessárias, sob o ponto de vista da sustentabilidade, para o desenvolvimento de práticas mais compatíveis com a aptidão local dos recursos naturais.

Entretanto, no contexto geral das dimensões da sustentabilidade e das potencialidades do bioma Pampa, um conjunto de medidas ainda são necessárias para efetivar claras evidências de recampesinização e ganhos significativos de autonomia. Uma das principais práticas, representativa da condição camponesa no assentamento, a pecuária familiar, necessita incorporar mudanças para diminuir ainda mais a dependência de modelos exógenos e fortalecer o uso do potencial dos recursos e características locais.

As dificuldades mais significativas para o desenvolvimento do assentamento, que têm influência sobre a sustentabilidade e alcance de autonomia, estão ligadas ao restrito tamanho dos lotes, às práticas de manejo prejudiciais à manutenção dos recursos naturais e à incerteza de sucessão familiar. Considerando estas restrições, projetam-se sinteticamente três possíveis cenários para o futuro do assentamento: a) descampesinização, com a contínua degradação dos recursos naturais locais, dependência de modelos exógenos e falta de condições para manutenção dos jovens; b) recampesinização, com o incremento e intensificação de práticas conservacionistas, uso das potencialidades dos recursos locais e políticas públicas para consolidação do assentamento; e c) estagnação, com medidas mitigatórias, para auxiliar a manutenção de famílias, apenas viabilizando condições básicas para sobrevivência em baixos níveis de desenvolvimento.

Deve-se ressaltar a responsabilidade dos órgãos públicos, em promover políticas públicas específicas, para fortalecer estratégias ligadas ao aumento de autonomia e desenvolvimento rural sustentável nos assentamentos. Portanto, a política de assentamentos, muito mais do que mitigação social, deve, para cumprimento da função social da terra, promover a fixação e reprodução socioeconômica das famílias, com qualidade de vida e conservação ambiental. O que se identificou no assentamento é que a ineficiência de diversas políticas, com ausência de informações e precário acompanhamento das famílias, ainda nos primeiros anos, conduziu a práticas inadequadas, frustrações, endividamentos e, conseqüentemente, perdas irreparáveis em qualidade de vida, recursos naturais e até mesmo prejuízos na legitimidade social dos agricultores assentados perante a população local.

Os resultados, portanto, apontam para uma situação atual em que pequenas variações, mas significativas, podem direcionar consideravelmente a sustentabilidade no assentamento. O empoderamento dos assentados tem uma função importante para essas alterações, pois se entende que outro fator determinante é a condição de agente das famílias em perceber as restrições e tomar atitudes em busca de autonomia. Nesse sentido, o 'sujeito oculto da reforma agrária' (MARTINS, 2003), é uma heterogênea categoria de pessoas com suas diferentes origens, experiências, representações, contradições, fraquezas e virtudes. Considera-se, por isso, que a condição das famílias não é estática, nem homogênea, e que não há uma tendência única, ou seja, além das tendências gerais apontadas, múltiplos processos em diferentes níveis podem ocorrer no mesmo assentamento, tanto de descampesinização como de recampesinização.

Espera-se, por fim, que esses resultados possam contribuir tanto com a elaboração de novos trabalhos, como para subsídio de políticas públicas, no sentido de promover o desenvolvimento rural sustentável para uma agricultura familiar camponesa na Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas, Hucitec/ANPOCS/UNICAMP, 1992. 275 p.

AGUIAR, J. S.; MEDEIROS, R. M. V. Reforma agrária em Santana do Livramento/RS: técnicas, território e o registro audiovisual. In: VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas-PE, 2010. **Anais...** Porto de Galinhas-PE: UFRPE. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT18-Julia-Saldanha-Aguiar.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

ALONSO, J. A. F. O que vai ser da metade sul? **FEE – Informativo João de Barro**. Disponível em: <http://www.apcefrs.com.br/jb/2009/fevereiro/04.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2014.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3 ed. Rio de Janeiro-RJ: Expressão Popular, AS-PTA, 2012. 400 p.

ALVES, F. D.; SILVEIRA, V.C.P; FERREIRA, E. R. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. v. 2, n.4, p. 82-97, ago. 2007.

AMARAL, F. Metade Sul do RS: Esquecida pelo governo, suprimida pela celulose. **IHU On-line - Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, ago. 2008. Entrevistas. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/16108-metade-sul-do-rs-esquecida-pelo-governo-suprimida-pela-celulose-entrevista-especial-com-felipe-amaral>>. Acesso em: 12 abr. 2014

ANDREATTA, T. et al. Origens da formação agrária sul rio-grandense no contexto brasileiro. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 2009, Porto Alegre-RS. **Anais...** Porto Alegre-RS: UFRGS, 2009. v. CD-ROM.

ARAUJO, L. E. B. **O acesso à terra no estado democrático de direito**. 1997. 271 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1997. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/14068-14069-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BORBA, M. F. S. **La marginalidad como potencial para la construcción de “outro” desarrollo**: El caso de Santana da Boa Vista, Rio Grande do Sul, Brasil. 2002. 362 f. Tesis (Doctorado) – Instituto de Sociología Y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, España, 2002.

BORBA, M. F. S.; TRINDADE, J. P. P. **Laboratório de estudos em agroecologia e recursos naturais da Embrapa Pecuária Sul**: articulando produção e conservação. Bagé: Embrapa Pecuária Sul, 2010. 25 p. (Embrapa Pecuária Sul. Documentos, 108).

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 abr. 2014.

BREITENBACH, R.; BRANDÃO, J. B. Florestas de eucaliptos na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul: promessas e evidências. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 1, p. 216-235, jan./abr. 2014.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24 p.

CHELOTTI, M. C. A dinâmica territorialização-desterritorialização-reterritorialização em áreas de reforma agrária na campanha gaúcha. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 15, p. 1-25, fev., 2013.

COPEC. Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda. **PRA**: Plano de Recuperação do Assentamento São Joaquim. Santana do Livramento-RS: COPEC/MDA/INCRA, 2009. 126 p. Disponível em:
<http://www.coptec.org.br/mapa/Santana%20do%20Livramento/PA%20S%C3%20JOAQUIM/pa_sao_joaquim.html>. Acesso em: 13 maio 2014.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: I Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável, Santa Maria, 2002. Disponível em:
<http://docente.lages.ifsc.edu.br/hellen.arantes/MaterialDidatico/FAG/TXT_AULAI_MOD_I/JoseAntonio_fundamentos.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2013.

CRUZ, R. C.; GUADAGNIN, D. L. Uma pequena história ambiental do Pampa: proposta de uma abordagem baseada na relação entre perturbação e mudança. In: COSTA, B. P.; DIECKEL, M. E. G. (Org.). **A sustentabilidade da Região da Campanha-RS**: Práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas. Santa Maria-RS: UFSM, PPG Geografia e Geociências, Dep. de Geociências, 2010, v. 1, p. 155-179.

DAL SOGLIO, F. A. Crise ambiental planetária, a agricultura e o desenvolvimento. In: DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R. (Orgs.) **Agricultura e Sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 13-32.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. Traduzido por Ana Falcão Bastos e Luis Leitão. Queluz de Baixo, Portugal: Editorial Presença, 13 ed. 238 p.

EMATER/RS. Associação riograndense de empreendimentos, assistência técnica e extensão rural (EMATER/RS) – Associação sulina de crédito e assistência rural (ASCAR). **Programa Estadual de Pecuária Familiar**. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area/pecuaria.php>>. Acesso em: 12 março 2013.

ETGES, V. E. Desenvolvimento regional: uma análise da metade sul do Rio Grande do Sul. **Novos Cadernos NAEA**, Belém-PA, v. 13, n. 2, p. 169-186, dez. 2010.

FOCHEZATTO, A. et al. Apontamentos para o estudo da pecuária familiar na Metade Sul do Rio Grande do Sul. In: 2o Encontro de Economia Gaúcha, 2004, Porto Alegre-RS. **Anais...** Porto Alegre-RS: PUCRS, 2004. v. 1. p. 1-20.

FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL. **PROMESO: Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul**. 2007. 1 folder. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/programasregionais/boletim/>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre-RS: Editora da UFRGS, 2005. 3 ed. 653 p.

GLIESSMAN, S. R. **Relações ecológicas nos agroecossistemas**. (Palestra) VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Porto Alegre. 28 nov. 2013. (*PowerPoint*).

HASENACK, H. et al. **Mapa de sistemas ecológicos da ecorregião das savanas uruguaias em escala 1:500.000 ou superior e relatório técnico descrevendo insumos utilizados e metodologia de elaboração do mapa de sistemas ecológicos**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 18 p.

HORLINGS, I.; MARSDEN, T. Rumo ao desenvolvimento espacial sustentável? Explorando as implicações da nova bioeconomia no setor agroalimentar e na inovação regional. **Sociologias**, Porto Alegre: UFRGS, ano 13, n. 27, maio/ago. 2011, p. 142-178.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Confronto dos resultados dos censos de 1970, 1996, 2006, 2010 e 2012 - Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>> Acesso em: 04 maio 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conceitos**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2014.

INCRA. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Ambiental do Projeto de Assentamento São Joaquim (Nova Santa Rita) Santana do Livramento/RS**. Porto Alegre: INCRA, 2005. 60 p. Disponível em:

<http://www.coptec.org.br/mapa/Santana%20do%20Livramento/PA%20S%C3O%20JOAQUIM/pa_sao_joaquim.html>. Acesso em: 13 maio 2014.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S. GAZOLLA, M. (Orgs.) **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 328 p.

MARTINS, J. S. **O sujeito oculto**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003. 238 p.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2010. 568 p.

MELLO, P. F. **Evasão e Rotatividade em Assentamentos Rurais no Rio Grande do Sul**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2006. 227 p.

MENEZES, M; MALAGODI, E. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: SCHNEIDER, S. GAZOLLA, M. (Orgs.) **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 328 p.

MICHAELIS. **Minidicionário inglês-português português-inglês**. São Paulo: Editora Melhoramentos. 1989. 665 p.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 17 ed., 2000. p. 9-30.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira**: Atualização - Portaria MMA nº9, de 23 de janeiro de 2007. Brasília: MMA, 2007. 300 p.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: Investigações em Psicologia Social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 408 p.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Plataforma política para a agricultura brasileira**. 2010. Disponível em: <http://www.mst.org.br/sites/default/files/plataforma_maio2010.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2014.

NAVARRO, Z.; MORAES, M. S.; MENEZES, R. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs.) **A formação de assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: EDUFRGS, 1999. p. 19-68.

OVERBECK, G. E. et al. Os Campos Sulinos: um bioma negligenciado. In: PILLAR, V. P. et al. (Orgs.) **Campos Sulinos: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade**. Brasília-DF: Ministério do Meio Ambiente, 2009, v.1, p. 175-198.

PESAVENTO, S. **História da Indústria Sul-rio-grandense**. Guaíba-RS: Riocell, 1985.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-56.

_____. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 372 p.

_____. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-31.

REDIN, E.; SILVEIRA, P. R. C. A condição camponesa revisitada: transformações e permanências. **Isegoria**, Viçosa: UFV, ano 1, v. 1, n.1, mar./ago. 2011. p. 1-28.

ROCHA, J. M. A Ciência Econômica diante da problemática ambiental. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 9, n.3, p. 53-74, 2004.

_____. **Sustentabilidade em questão: Economia, Meio ambiente e sociedade**. São Paulo: Paco editorial, 2011a. 168 p.

_____. **As Raízes da Crise da Metade Sul: Estudo da formação econômica do Rio Grande do Sul**. Jaguarão-RS: UNIPAMPA, 2011b. 192 p.

ROCHA, J. M. et al. Uso do geoprocessamento para análise temporal de uso da terra no Assentamento São Joaquim. In: 4º Seminário Brasileiro de Gestão Ambiental na Agropecuária, Bento Gonçalves, 2014. **Anais...** Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2014, p. 158-163.

ROCHA, J. M.; ZANELLA, F. C.; CRUZ, R. C. Reforma agrária no Bioma Pampa: aspectos para repensar os métodos de desapropriação e distribuição de terras na Metade Sul do RS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/15065/9136>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

ROCHA, J.M.; BRANDENBURG, A. Limites e desafios da agricultura familiar: a sustentabilidade em questão. **REDES**, Santa Cruz do Sul: Edunisc, v.8, n.2, p.93-104, maio/ago. 2003.

ROS, C. A. O movimento "vistoria zero" e a resistência do patronato rural às políticas de assentamentos no Rio Grande do Sul. **Sociologias** (UFRGS), v. 1, p. 232-278, 2009.

SAQUET, M. A. CAMPO-TERRITÓRIO: considerações teórico-metodológicas. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, fev. 2006. p. 60-81.

SCHNEIDER, S. GAZOLLA, M. (Orgs.) **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 328 p.

SECRETARIA DE PROGRAMAS REGIONAIS. **PROMESO**: Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais. Brasília-DF: Ministério da Integração Nacional, 2009. 44 p.

SEPLAG. Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã/RS. **Biomass do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <[http://www.scp.rs.gov.br/upload/Biomass_RS\(3\).pdf](http://www.scp.rs.gov.br/upload/Biomass_RS(3).pdf)>. Acesso em: 07 ago. 2014.

VALLS, J. F. M. et al. O patrimônio florístico dos Campos: potencialidades de uso e a conservação de seus recursos genéticos. In: PILLAR, V. P. et al. (Orgs.) **Campos Sulinos: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade**. Brasília-DF: Ministério do Meio Ambiente, 2009, v.1, p. 139-154.

VAZZOLER, M. R. **Cooperativismo em assentamento de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST num contexto capitalista**. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de ciências exatas e de tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, São Carlos-SP, 2004. 301 p.

Anexos

Anexo 1 - Roteiro Semiestruturado

1. Qual a região de origem antes de receber seu lote? (Metade Norte, Metade Sul, Metropolitana) Morava em cidade grande, cidade do interior ou zona rural?
2. A quanto tempo está no assentamento?
3. Qual foi o evento que motivou sua vinda para esse assentamento?
4. Você veio de algum acampamento do MST? Se sim: Como você avalia o período que viveu em acampamento? Você continua militando no MST?
5. Que atividade desenvolvia antes de ser assentado? (Se agricultura que tipo de produto cultivava/criava?(técnica realizava e onde))
6. Qual é o número do seu lote? (tamanho?)
7. Participou da escolha do lote? (por grupos) (por aptidão) (por sorteio)
8. O lote é adequado com o que sabe produzir e com o que queria produzir aqui? O que seria um lote ideal para você? Por quê?
9. Você gosta do lote onde vive atualmente?" E/OU "Você mudaria para outro lote ou outra região?
10. Quando você chegou à terra o que via (vegetação: campo, mata, região úmida, seca)? Quando do recebimento do lote, sabe informar a frequência com que "apareciam" animais como cobras, raposas, tatus? Qual tem sido a frequência hoje?
11. Que alimentos você produz? Há quanto tempo? Porque? Qual área que é ocupado para esta produção? O que é destinado para o mercado e para a subsistência? Como vende? (individual, grupo, feira, cooperativa, indústria, entregas)
12. Como você planta? (maquinário/ plantio/direto/convencional/agroecologia/orgânico). Há quanto tempo utiliza essas técnicas?
13. Qual a renda familiar?
14. Você trabalha em parceria com os vizinhos? Deu certo? Pretende trabalhar ou já trabalhou?
15. Como é o abastecimento de água? Como usa?
16. Quantos moram na sua casa? Qual a idade?

17. Qual o grau de escolaridade da família? Quantos estão estudando ainda?
18. Alguém da família trabalha fora do lote? Em que período? Há quanto tempo? Existe alguma outra forma de renda familiar? (artesanato/agroindústria/camping/turismo rural)
19. A família pratica alguma atividade de lazer? (qualquer tipo – TV, rádio, conversa, visitas, esportes, festas, jogos, pesca).
20. Houve/Há alguma resistência da população aos assentados?
21. Tem acesso a crédito? () sim () não – Qual?
22. Tem acesso a assistência técnica? () particular () pública Que tipo de assistência? Há novas propostas?
23. Como você imagina esse assentamento nos próximos 10 anos? Dificuldades, perspectivas, necessidades.
24. Ao dirigente: Percepções do assentamento.
 - a. Energia elétrica () Sim () Não
 - b. Água encanada () Sim () Não
 - c. Qual é a fonte de água e como é consumida?
 - d. Uso de APP para qual atividade?
 - e. Estradas() bom acesso () difícil acesso () inviável em partes do ano
 - f. Destino dos dejetos sanitários () Rios e Córregos () Fossa séptica () Céu aberto
 - g. Qual o destino do lixo?
 - h. Como é o acesso aos serviços de saúde?
 - i. (Recebe visita de agente de saúde () Sim () Não; Posto de saúde mais próximo?)